



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	Nº: 1592/09	DATA: 23/09/2009
INÍCIO: 12h59min (com intervalo)	TÉRMINO: 17h54min	DURAÇÃO: 04h55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min	PÁGINAS: 83	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.
MARCOS FRANCO MOREIRA - Diretor de Gestão da Política Tarifária do Brasil, do Ministério de Minas e Energia.

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos. Esclarecimentos à CPI acerca de tarifas de energia elétrica.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há palavras ininteligíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 17ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, quanto à ata, eu gostaria de pedir a sua leitura, a menos que nós façamos um entendimento sobre o funcionamento da Comissão. Se formos resolver as coisas por acordo, eu vou retirar o meu pedido de leitura da ata e discussão da ata. Caso contrário, eu vou manter o pedido. Eu estou disposto a fazer entendimento para que nós aprovemos aquilo que é razoável. O que for excedente nós retiráramos de pauta. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Qual seria a sugestão de entendimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - A minha sugestão é a seguinte: estou analisando aqui os requerimentos. Eu entendo que o primeiro requerimento, a primeira relação de requerimentos, é um absurdo o que está se pedindo de uma empresa do Governo Federal. Se o Deputado apoia o Governo Federal, vai lá e pede para reduzir a tarifa, porque o que S.Exa. está pedindo aqui são coisas dispersas que não vão conduzir a nada. O segundo requerimento, igualmente absurdo.

O terceiro requerimento é razoável. Eu concordaria em votar o terceiro requerimento que pede informações, pelo que eu estou entendendo, sobre o Programa Luz para Todos, que é um programa do Governo Federal.

Então, se é por aí, nós podemos fazer um entendimento e avançar com a reunião.

O último requerimento é de Betinho Rosado, que requer convocação de uma audiência pública no Rio Grande do Norte. Não tenho objeção nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tendo em vista que os autores dos requerimentos não estão presentes, podemos retirar de pauta, e, quando S.Exas. estiverem, discutir os requerimentos deles.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Está bom. Então, aprovaremos, não tenho objeção em aprovar o requerimento do Deputado Betinho Rosado. Eu só sugeriria o seguinte: que se fizesse uma alteração.

Que a audiência do Rio Grande do Norte se processasse em conjunto com a audiência em Pernambuco, porque é a mesma empresa, não tem por que não ser, são os mesmos diretores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu tenho que consultar o autor, porque o Deputado Betinho Rosado gostaria de ouvir os consumidores do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Então, eu vou também votar contra o do Deputado Betinho Rosado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Aí tem que consultar o Deputado Betinho Rosado, porque ele queria dar oportunidade aos consumidores do Rio Grande do Norte para que se pronunciassem em relação aos serviços.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nós temos uma empresa que atende a 3 Estados: Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Se nós fizermos uma sessão só, os diretores não podem estar todo dia atendendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não tenha dúvida. Agora eu tenho que consultar o autor do requerimento, que é do partido de V.Exa. e que...

Passo a palavra ao Relator Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, nós temos, inclusive, questão de tempo. A CPI tem um prazo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, só para acrescentar uma questão que acho que seria... Antes de V.Exa. conceder a palavra ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É que existe também um problema no dia 2, que está marcada a audiência em Pernambuco, que é a impossibilidade de o Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, Nelson Hubner, de estar presente, porque ele já tem uma viagem programada. Ele não se recusa a ir, mas há um problema de data.



Então, talvez, consigamos ver aqui a possibilidade de reacertar essa questão toda, para podermos ter uma audiência em que esteja presente Nelson Hubner, em Recife, nessa audiência que o senhor está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Zarattini, o Nelson Hubner está convocado. A audiência pública do dia 2 não pode ser transferida por questão de tempo da CPI que tem prazo para se encerrar no dia 28. Então, é mais fácil uma pessoa mudar a agenda do que toda a CPI mudar em função dele.

Então, foi avisado previamente, com mais de 15 dias de antecedência, eu comuniquei a Rita, inclusive mudei a data da vinda dele esta semana — ele estava marcado para vir hoje, quarta-feira —, e foi solicitado para que ele viesse no dia 7. Eu atendi. Essa do dia 2, infelizmente, não tem como atender, e ele vai ter que cumprir a convocação que foi aprovada pelo Plenário desta Comissão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Claudio Cajado. Em seguida, o Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Aproveitando inclusive a linha de raciocínio do Deputado Aleluia, eu fiz um ofício extrapauta, na verdade não é extrapauta, dei entrada ontem, está aí na Secretaria, para que o Presidente da COELBA, fosse com o Grupo Neoenergia e da CELPE, participar da audiência pública em Recife, no dia 2.

Então, eu pediria a V.Exa. que oficializasse, já que ele está convocado, para que estivesse presente no dia 2, por economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Já acatei a solicitação de V.Exa., e já estão convocados para que compareçam a Pernambuco no dia 2, para a audiência pública.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa., cioso das suas responsabilidades, mencionou que o Presidente da ANEEL está convocado. Só que



a Constituição não dá poderes. Ele vai poder dizer, claramente, que atende à convocação, mas não atende naquele dia. Toda convocação... Ele não está intimado; ele está convocado. Então, se V.Exa. quiser manter, nós vamos manter. Ele vai mandar um diretor no lugar dele. Ele não vai estar presente. Eu não estou querendo adiar, não. Eu acho que, inclusive, podemos fazê-lo. Agora, não será com o Presidente da ANEEL. Ele mandará um diretor, e não estará cometendo nenhum crime por isso, e nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ele é responsável pelos atos dele, ele vai interpretar e tomar a atitude que achar que é conveniente para ele e arcar também com as consequências de não comparecer lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Em razão dessa decisão de V.Exa., de manter a audiência em Pernambuco, eu acataria também a sugestão do Deputado Cajado. E, por isso, exatamente, estenderia à outra empresa, a terceira empresa do grupo, que é a do Rio Grande do Norte. Nós aprovaríamos o requerimento e faríamos as 3 juntas em Pernambuco. Eu sugeri.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu tenho que consultar o autor do requerimento, que é do partido de V.Exa., Betinho Rosado, para saber se S.Exa. concorda em realizar a do Rio Grande do Norte em Pernambuco.

Mas tenho certeza de que o apelo do Deputado Betinho Rosado é também dar oportunidade aos consumidores do Rio Grande do Norte de se pronunciarem em relação aos serviços fornecidos pela empresa no Rio Grande do Norte. E não vai ter condições de os consumidores se deslocarem para Pernambuco, para que eles possam dar as suas opiniões.

Eu consulto o Deputado Betinho Rosado em relação à proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Presidente, eu fui informado de que nós temos uma audiência pública no dia 9 de outubro, no Ceará.

Então, a nossa proposta era que a audiência pública do Rio Grande do Norte fosse realizada no dia 8, na quinta-feira, porque, como nós somos vizinhos do Ceará, a Comissão poderia se deslocar para o Rio Grande do Norte, realizar essa audiência pública na tarde de quinta-feira e, em seguida, se dirigir ao Estado do Ceará para realizar essa audiência pública no dia 9.



Mas eu quero dizer que concordo com o Deputado Aleluia, desde que a audiência pública do dia 2, que engloba as questões do Estado de Pernambuco, seja realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não posso concordar com V.Exa. V.Exa. é autor do requerimento. E se V.Exa. entender que tem que ser no Rio Grande do Norte, o meu entendimento é de que seja no Rio Grande do Norte e concordo com V.Exa. Vamos votar o requerimento e aprová-lo.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Urzeni.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de entrar nessa discussão para emitir uma opinião, que eu acho válida.

A questão de tarifas elétricas no Brasil é diferenciada para cada Estado. Tanto é que a gente tem uma relação que diz cada Estado, qual é o valor, enfim, quanto cobra, quanto não cobra. E isso faz com que cada Unidade da Federação tenha um interesse, vamos dizer assim, próprio nas suas questões.

Então, muitas vezes, essa questão de englobar — e nós temos tempo suficiente para isso — debates diferenciados nos Estados, onde as realidades são diferentes, talvez possa não obter e nem dar satisfação para a população de cada Estado da sua realidade, do conhecimento de como faz a formatação das tarifas elétricas no Brasil.

Então, eu acho que essa agenda que V.Exa. está programando está dentro da realidade brasileira, dos problemas de cada Estado. Acho que, por exemplo, o Rio Grande do Norte, Pernambuco, cada um tem que debater as suas questões.

Então, acho que você englobar isso aí não seria, vamos dizer... Porque tratar questões de 2, 3, 4 Estados num Estado só, os outros Estados não se sentiriam prestigiados e, ao mesmo tempo, também não teriam oportunidade de debater. Eu acho que quanto mais exaurirmos o debate em cada Estado, discutindo a realidade de cada Estado, é mais importante para esta Comissão, para os resultados finais que nós propomos.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.



O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Presidente, primeiro, quero pedir desculpas pelo atraso. É que eu estou com um requerimento na Ordem do Dia de hoje, na pauta de hoje. Já foi votado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, ainda não. Estamos encaminhando a ata.

Eu quero consultar o Deputado Aleluia se vai pedir a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero a leitura da ata, Sr. Presidente, para discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, vamos ler a ata. Gostaria de convidar o Deputado Sergio Petecão para fazer a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - O senhor não pode botar em votação a leitura da ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. Tem que ler a ata. S.Exa. está pedindo. Vamos ler a ata.

Peço a V.Exa. que faça a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Deputado Aleluia, V.Exa. quer rápido ou devagar? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Que dê para todo mundo entender, Petecão. Pode ser devagar. Ninguém está com pressa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero que V.Exa. leia com a sua competência habitual.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO -

“Ata da 17ª reunião, realizada em 22 de setembro de 2009. Aos 22 dias do mês de setembro do ano de 2009, às 15 horas e 11 minutos, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica no Brasil, a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL na autorização dos reajustes e reposicionamentos tarifários a título de reequilíbrio econômico-financeiro e esclarecer os motivos pelos quais



a tarifa média de energia elétrica no Brasil ser maior do que em nações do chamado G-7, Grupo dos 7 países mais desenvolvidos do mundo. CPI das Tarifas Elétricas, criada pelo Requerimento nº 11, de 2008. Compareceram os Deputados André Vargas, Chico Lopes, Claudio Cajado, Cleber Verde, Eduardo da Fonte, José Carlos Aleluia, Marcelo Guimarães Filho, Rômulo Gouveia, Sergio Petecão, Wladimir Costa. Titulares: Deputados Alfredo Kaefer, Antônio Carlos Chamariz, Arolde de Oliveira, Betinho Rosado, Bruno Rodrigues, Edio Lopes, Francisco Tenório, Gladson Cameli, Leo Alcântara, Nelson Bornier, Simão Sessim. Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados titulares: Alexandre Santos, Arlindo Chinaglia, Arnaldo Jardim, Carlos Zarattini, Ciro Nogueira, Ciro Pedrosa, Fernando Marroni, Júlio Delgado, Leonardo Quintão, Marcio Junqueira, Maurício Quintella Lessa, Sabino Castelo Branco, Urzeni Rocha. O Presidente, Deputado Eduardo da Fonte, declarou aberta a reunião. Ata. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 16ª reunião, o Deputado Edio Lopes solicitou a dispensa de sua leitura. Em votação, a ata foi aprovada. Expediente. O Presidente informou que foram destruídas cópias das correspondências recebidas, cujo original encontrava-se à disposição dos membros para consulta, na Secretaria da Comissão. Comunicou, ainda, a justificativa da ausência do Deputado Leonardo Quintão, por encontrar-se em missão oficial pela Comissão Permanente de Viação e Transportes. Ordem do Dia. Audiência pública com o Procurador da República, Marcelo Ribeiro de Oliveira, membro do Ministério Público Federal. O Presidente convidou o Deputado Edio Lopes para tomar assento à mesa, na qualidade de Relator,



durante a reunião, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, que se encontrava em missão oficial no Estado do Rio de Janeiro. Após a exposição de convidados, fizeram perguntas os Deputados Edio Lopes, Chico Lopes, Carlos Zarattini, Claudio Cajado, Betinho Rosado e Sergio Petecão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a colaboração aos convidados e encerrou a reunião às 17 horas e 57 minutos, antes convocando reunião para o dia seguinte, 23 de setembro, com a seguinte pauta: item 1, às 12 horas, apreciação de requerimento; item 2, às 14 horas, audiência pública com o Sr. Josias Matos de Araújo, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, serão publicadas juntamente com a presente ata no Diário da Câmara dos Deputados. E para constar, eu, Francisco de Assis, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata e, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente desta Comissão, Eduardo da Fonte.”

Lida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Sergio Petecão.

Lida a ata, eu a coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Antes da leitura do expediente, foram distribuídas cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da Comissão.

Passamos à Ordem do Dia.



Item 1, apreciação de requerimento. E o Item 2, às 14h, audiência pública, com o Sr. Josias Matos de Araújo, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

Vamos, então, ao Item 1. Eu gostaria, primeiro, de registrar que se encontram sobre a mesa 2 requerimentos, aliás, 1 requerimento, do Deputado Raul Henry, que requer convocação do Sr. Josias Matos de Araújo, para prestar esclarecimentos, ao lado dos Presidentes da CELPA, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica. Esse requerimento está incluindo...

O Deputado Raul Henry...

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - Sr. Presidente, eu posso esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - ... está querendo incluir extrapauta esse requerimento.

Eu gostaria que o Deputado Pedro Henry explicasse, que é para poder recebê-lo

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY - É que essa audiência pública está marcada em Pernambuco, para o próximo dia 2. Já estarão presentes a ANEEL e as empresas que prestam serviços em Pernambuco. Nós gostaríamos de acrescentar, na audiência pública, a representação do Ministério das Minas e Energia. Esse é um assunto muito sensível no Estado. E já que o assunto vai ser debatido, que ele seja debatido amplamente, e que o Governo possa apresentar a sua posição também nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Nós vamos receber o requerimento. Ele é extrapauta. Vamos providenciar cópia, entregar os avulsos a todos os Deputados, para, em seguida, colocar em discussão e votação, para formalizar esse expediente, que é um pedido de requerimento extrapauta.

Item 1.

Requerimento nº 78, de 2009, do Sr. Deputado Sergio Petecão, que “requer da ELETROACRE relatório de fornecimento de energia elétrica no Estado do Acre (por Município)”.

Com a palavra o autor, Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Questão de ordem do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Há requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ah! Desculpe, Deputado. Eu assumi e não tinha visto que V.Exa. apresentou um requerimento: pedir retirada do item 1 da Ordem do Dia.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, para que ele esclareça e encaminhe esse requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Bom, a minha proposta de retirada é porque o requerimento é vago, ele não conduzirá a nenhuma conclusão. É apenas um serviço a mais que se coloca para ser prestado pela empresa concessionária do Acre. Não vejo, absolutamente, nenhuma procedência, nenhum interesse e, portanto, solicito a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Meu caro Deputado José Carlos Aleluia, eu não me furtaria também a colocar em discussão o seu requerimento, em votação, mas eu gostaria de dar a palavra ao autor, para o autor, então, se possível, consubstanciar o que disse no requerimento.

Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

Concorda, Deputado José Carlos Aleluia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Claro. V.Exa. é o Presidente. Eu concordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, eu não entendi o termo. O requerimento é vago?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Exatamente. Ele não objetiva. E, aliás, o que está faltando é exatamente foco. Uma CPI tem que ter foco, tem que saber o que vai investigar ou o que vai sugerir. Nós não podemos sair pedindo informação, no Brasil todo, porque nós estaremos inundados de informação. E o mundo da informação é muito claro.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Mas, olha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O excesso de informação gera escassez de atenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. já encaminhou o seu requerimento.

Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Eu, sinceramente, não entendi o questionamento feito pelo colega, Deputado José Carlos Aleluia, até porque é um dos Deputados que eu mais admiro nesta Casa. Agora, você dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não só V.Exa., a grande maioria da Casa.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - S.Exa. me diz que a nossa CPI tem que ter foco. Como é que eu posso focar se eu não tiver as informações? Eu estou pedindo aqui, num requerimento, eu estou pedindo as informações da empresa do meu Estado. Eu não estou pedindo do País. Eu estou pedindo da empresa do meu Estado, que a CPI esteve lá e constatou que nós temos inúmeras irregularidades. E aqui eu estou pedindo uma informação para que a Companhia de Eletricidade do Acre informe, mande algumas informações de todos os Municípios, para que eu não fique focando só na Capital, onde moro.

Eu quero ter as informações de todos os Municípios no meu Estado.

Então, eu não vejo nenhum motivo por que não votar nesse requerimento. Eu estou aqui apenas pedindo informações para poder consubstanciar os trabalhos da CPI. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - As informações são com relação ao desempenho dos municípios, com relação à cobrança de tarifa?

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O que o Deputado José Carlos Aleluia quer é que a CPI...

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Eu posso ler o requerimento. Eu posso ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - ...o foco dela é a tarifa de energia. Então, ele quer saber, naturalmente, que tipo de perguntas iriam para essa empresa ELETROACRE.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - O relatório dos últimos 12 meses por faturamento mensal em quilowatts e o faturamento mensal em reais,



especificando a quantidade de unidades dos consumidores, representando cada faixa de faturamento. Porque lá foi argumentado que tem algumas faixas que têm um ICMS cobrado diferenciado. Nós queremos só constatar isso. Então, não vejo, de forma alguma, em que esse requerimento é vago. Eu não entendi o questionamento feito pelo colega, Deputado.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, V.Exa. vai colocar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu vou perguntar ao Deputado José Carlos Aleluia se bastou ou se continua pedindo a retirada do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, ontem, eu vi uma conta do Estado. O que tem que examinar é a lei de ICMS do Estado. Se esta Comissão tem o que focar é na questão tributária.

Em energia elétrica no Brasil se paga, no mínimo, 50% de imposto. E, realmente, lá no Estado do Acre, me parece que está havendo exageros na área tributária. Mas nós temos que analisar é a Lei Municipal da Iluminação Pública e a Lei Estadual do ICMS. A empresa não é a responsável por cobrança. Ela é uma arrecadadora, que arrecada gratuitamente para o Estado. Esse empresa veio do Estado. O grande erro é que nós estamos focando só na empresa, empresa pública essa, não é empresa privada.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - E estamos esquecendo aqui que os Estados estão exagerando na possibilidade de arrecadar imposto via energia elétrica.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. já encaminhou, já defendeu, já esclareceu. Eu agora vou colocar o requerimento de pedido de retirada em discussão. Primeiro, o encaminhamento e, em seguida, a votação.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Urzeni, gostaria de falar?



O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - O.k. Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado José Carlos Aleluia, um grande Deputado desta Casa, mas eu acho o seu requerimento totalmente inoportuno. Em primeiro lugar, pelas palavras que o Deputado proferiu agora, colocando o ICMS como o grande vilão da formatação da tarifa elétrica no Brasil.

Talvez o Deputado Aleluia não tenha acompanhado todas as reuniões da CPI e não tenha ouvido de muitas autoridades que vieram aqui a esta Comissão explicar para todos os Deputados como é que se faz, como é que se comporta cada empresa, cada geradora de energia, o que tem a ver a transmissora, o que tem a ver a distribuidora. Porque, na verdade, Deputado Aleluia, o grande pulo do gato está aí. Existe muita gente ganhando muito dinheiro neste País, onde se produz uma energia a custo barato, e quando chega na ponta, para o consumidor, ela chega cara. Então, na verdade, essa culpa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu abri...

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - ... essa culpa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Urzeni, eu abri...

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Para discussão, eu estou discutindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Esse requerimento não cabe nem discussão. É votação. Eu abri apenas porque V.Exa...

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Não, mas V.Exa. botou em discussão e eu estou discutindo. Se for para votar, eu voto também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu pedi a V.Exa....

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, cabe...

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Eu estou discutindo.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Cabe apenas um encaminhamento: um a favor e um contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Está bem. Vamos concluir, então.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Então, veja bem, o vilão não é ICMS. Na verdade, cada Estado tem a sua realidade, cada Estado tem a sua geradora, a sua distribuidora, enfim, cada realidade.



Então, é importante para cada Deputado, em cada região, ter o conhecimento disso, para ele formatar uma opinião para todo o Brasil. Então, eu acho inoportuno, e sou contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós tivemos o privilégio de visitar o Estado do Acre com esta Comissão e ali — nós que imaginávamos que Roraima seria o absurdo dos absurdos nessa questão de tarifa energética — nós conseguimos, mesmo levando na bagagem as coisas absurdas que se praticam em Roraima, nós ainda conseguimos nos sobressaltarmos com o que vimos no Acre.

Então, se esta Comissão Parlamentar quer efetivamente aprofundar essa discussão, o requerimento do Deputado Petecão é mais do que justificável. Se nós não esmiuçarmos a questão das distribuidoras... Porque já está mais do que claro que no sistema energético o grande vilão está na distribuidora, com a complacência da nossa intocável ANEEL.

Então, o que vi, o que presenciei no Acre, mais que me autoriza a apoiar o requerimento do Deputado Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mais alguém para discutir?

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Está discutindo o requerimento do Deputado Carlos Aleluia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - É.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Os Deputados que aprovam a retirada de pauta permaneçam como se encontram.

Os que não aprovam se manifestem.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Verificação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Rejeitada a retirada de pauta.

Verificação concedida ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Verificação conjunta. Deputado Léo Alcântara.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, a sessão não vai cair, não.

Vamos votar.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Pelo Bloco PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC e PTdoB. Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - O que está em votação é o requerimento pedindo para a retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - De quem é o requerimento, por favor, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu acho que ele não se encontra presente. Ele não estando presente...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Não. O requerimento de retirada de pauta vale para...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim. O requerimento está prejudicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço que consulte... Consulte o senhor aí que eu quero saber.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não entendi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Relator fez um questionamento aqui, e estamos consultado a Consultoria. Porque o Deputado José Carlos Aleluia se retirou do plenário. Então, ele não pode encaminhar uma votação e se retirar do plenário... Ele perde a...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas fui eu que pedi verificação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. Está assinado aqui a verificação, mas o...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ... mas o requerimento é de Aleluia e ele não está aqui presente. Ele tem que estar presente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sim, mas iniciou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos consultando.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Iniciou o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos consultando aqui para ter a certeza.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O Deputado que solicitar o requerimento de retirada de pauta ele terá que estar presente senão cairá a solicitação dele. E sem presença, Sr. Presidente, por favor. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, é o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está em processo de votação, Deputado Marcio Junqueira. Está aqui... A verificação vai... Vamos continuar a verificação

Eu gostaria de informar ao Plenário que, quem votar “não” vota contra a retirada de pauta. Quem votar “sim” vota a favor do requerimento do Deputado Aleluia, de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - ... um esclarecimento. Mesmo que se prossiga esta votação, o voto do Deputado Aleluia vai ser computado ou não?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, porque ele não está votando.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Só se ele estiver presente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Então, é isso que eu estou dizendo: se não está computado, se ele não está presente, não pode ter requerimento, ora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está bom. Vamos proceder...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Tira o requerimento aí e vamos botar outro então, enquanto resolve esse aí.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. Tem que votar a retirada... Fazer a votação nominal da retirada de pauta, pedida a verificação pelo Deputado Carlos Zarattini e...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, vamos iniciar a verificação. Porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - ...nós já temos... Não tem nenhum item aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Relator fez uma consulta...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...uma questão de ordem, e temos que responder ao Relator a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas quem vai responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos consultando e vamos prosseguir a votação nominal.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, volto a afirmar que estando ausente Parlamentar, não poderá solicitar inversão de pauta nem nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas que artigo do Regimento, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Ele não estando presente ele não poderá fazer isso. Portanto...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Com base em que artigo?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Portanto, eu solicito da assessoria imediata paralisação do requerimento e voltarmos à agenda normal da Comissão.



Mas meu voto é contrário...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, posso dar uma sugestão?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - ... porque o que quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pode.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o art. 186...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Alexandre Santos...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu estou com a palavra. Solicito um momentinho. Eu quero aqui dizer inclusive, Sergio Petecão, que nos honra muito ter V.Exa aqui nesta Comissão, ter V.Exa. aqui defendendo quem elegeu V.Exa., a população do seu Estado, principalmente pedindo esclarecimentos necessários às investigações desta CPI.

Então, eu quero aqui refutar posições que eu ouvi aqui anteriormente e dizer, como Relator, que esta Comissão se honra muito em ter V.Exa. aqui, principalmente no requerimento dessas solicitações, que cabem e são primordiais para o entendimento e avaliação das tarifas energéticas.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, eu fui citado por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Deputado Petecão tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, é uma sugestão. O Deputado Alexandre Santos tem razão, mas em parte. O Deputado José Carlos Aleluia quando fez o pedido de verificação ele estava presente. Eu gostaria, e quero sugerir, que continuasse. E quando chegar na hora de... Ele pode ter ido ao banheiro, pode ter saído, e tal. Se na hora em que ele for chamado ele não estiver presente fica prejudicado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas aí a gente vai concordar com... Se abrir a votação ele tem que estar presente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como é que nós vamos garantir que ele está ausente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos consultando a Consultoria ali, Deputado Simão, para poder fazer o fechamento e iniciar a votação.



Deputado Petecão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Petecão e, em seguida, Zarattini.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Eu só quero agradecer as palavras aí ao nosso Relator. E quero dizer, Sr. Presidente, que, desde a primeira sessão desta Comissão, eu estou presente, tenho feito tudo para estar presente em todas as sessões, porque entendo que esta CPI é de fundamental importância, principalmente para o meu Estado, porque ouço todos os dias nas ruas, na zona rural, na periferia, principalmente depoimentos de pessoas humildes, porque lá no meu Estado hoje estão deixando de comer para pagar a tarifa de energia.

Então, eu não estou preocupado com quem ache que o requerimento é vago ou deixa de ser vago... da minha competência. Eu vou fazer o que eu puder, dedicar este meu mandato a esta CPI, porque entendo que ela é de fundamental importância.

Quero parabenizar o nosso Relator e o nosso Presidente pela vontade e a coragem de levar esta CPI à frente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O art. 185 fala... organiza aqui o processo de votação.

Diz o § 1º:

“Art. 185.....

§ 1º Havendo votação divergente, o Presidente consultará o Plenário se há dúvida quanto ao resultado proclamado, assegurando a oportunidade de formular-se pedido de verificação de votação.”

Então, o pedido de verificação é do Deputado Carlos Zarattini, que está presente em plenário. Certo?

O art. 186 também esclarece isso.



Então, não há dúvida. O requerimento é do Deputado Aleluia, mas o pedido de verificação foi feito por mim.

Então, não há dúvida sobre esse processo. Acho que nós deveríamos iniciar... Eu é que pedi a verificação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Mas requerimento é do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, mas não tem isso. Não tem nenhum momento aqui em que o requerimento exija a presença do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria que o Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Iniciou-se o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...Relator Alexandre Santos formulasse a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Porque — só um instante — nós devemos ver em que artigo o Deputado Alexandre está-se baseando para fazer esse questionamento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Nós estamos em processo de análise de um requerimento que está pedindo a retirada de...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Olha, Sr. Presidente, o § 2º diz:

"Ar. 185....."

§ 2º Nenhuma questão de ordem, reclamação ou qualquer outra intervenção será aceita pela Mesa antes de ouvido o Plenário sobre eventual pedido de verificação."

Então, esse encaminhamento do Deputado deveria ser, em seguida, à verificação de votação, porque iniciamos a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ele voltou agora. Então, vamos prosseguir com a votação.

Tem uma questão de ordem que está sendo discutida aqui...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Foi o Deputado Carlos Zarattini. Vamos tratar as coisas com seriedade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A questão de ordem está sendo discutida. Então...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Questão de ordem tem que se apoiar num artigo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...com a presença de V.Exa. não cabe mais a questão de ordem. Foi isso o que quis dizer, Deputado Aleluia.

Então, vamos iniciar o processo de votação.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - A questão de ordem prevê que seja baseada num artigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A questão de ordem estava sendo analisada. Perde o fato pelo retorno do Deputado Aleluia. Então, não cabe mais discutir a questão de ordem.

Vamos iniciar o processo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É uma questão de ordem realmente que põe, mais uma vez, esta CPI a ser observada. É descabida, é descabida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Acho que quem tem que ser observado é V.Exa., Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É descabida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quem tem que ser observado é V.Exa., não é a CPI, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É descabida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A CPI está realizando um trabalho sério e responsável. V.Exa. é que tem que ser observado. Gostaria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero ser observado. Aliás, a minha vida sempre foi observada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, não coloque em questão a CPI mais uma vez. V.Exa. retornou à CPI...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Colocarei sempre que houver coisa de tipo, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - E eu colocarei V.Exa. também, porque colocar todos os membros desta CPI em observação, é bom que coloque V.Exa. também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Claro, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu me dispus a vir para cá exatamente porque não tenho medo de ser observado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exatamente. Nenhum de nós aqui, tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Contrário, porque fere totalmente o interesse de quem devemos proteger nesta CPI.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - André Vargas. *(Pausa.)*

Arlindo Chinaglia. *(Pausa.)*

Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - "Sim" ao requerimento.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Eduardo da Fonte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - "Não".

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Fernando Marroni. *(Pausa.)*

Leonardo Quintão. *(Pausa.)*

Marcelo Guimarães Filho. *(Pausa.)*

Maurício Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Sabino Castelo Branco. *(Pausa.)*

Wladimir Costa. *(Pausa.)*

Pelo Bloco PSDB/DEM/PPS

Arnaldo Jardim. *(Pausa.)*

Claudio Cajado. *(Pausa.)*

José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Marcio Junqueira.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - “Não” ao requerimento.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Rômulo Gouveia. *(Pausa.)*

Urzeni Rocha.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Totalmente contrário ao requerimento.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Pelo Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN

Chico Lopes. *(Pausa.)*

Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, antes de dar meu voto, gostaria de saber do Deputado se o DEM está em obstrução. É isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não tenho que dar justificativas, Excelência. O DEM não está em obstrução, eu estou em obstrução.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Desculpe-me...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu tenho o meu mandato. Estou com meu mandato em obstrução. O meu colega tem o direito de votar da maneira que quiser. Não houve orientação de bancada. Eu estou em obstrução. Respeito o meu companheiro que tem o direito de votar como quiser.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - A minha admiração pelo senhor termina hoje, porque eu não sabia que o senhor era tão ignorante, tão mal educado dessa forma. Eu fiz uma pergunta.

Voto “não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sergio Petecão, não?

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Pelo PV.

Ciro Pedrosa. *(Pausa.)*

Pelo PRB.

Cleber Verde. *(Pausa.)*

Suplentes pelo Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Antônio Andrade. *(Pausa.)*

Antônio Carlos Chamariz.



O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Carlos Santana. *(Pausa.)*

Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - “Não”,

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Elismar Prado *(Pausa.)*

Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Jorge Boeira. *(Pausa.)*

Léo Alcântara, “não”.

Nelson Bornier. *(Pausa.)*

Paulo Maluf. *(Pausa.)*

Raul Henry. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Pelo Bloco/PSDB/DEM/PPS:

Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*

Arolde de Oliveira. *(Pausa.)*

Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Betinho Rosado, “não”.

Bispo Gê Tenuta. *(Pausa.)*

Bruno Rodrigues. *(Pausa.)*

Ilderlei Cordeiro. *(Pausa.)*

Pinto Itamaraty. *(Pausa.)*

Pelo Bloco/PSB/PDT/PCdoB/PMN:

Francisco Tenório. *(Pausa.)*

Deputado Manato. *(Pausa.)*

Deputado Mário Heringer. *(Pausa.)*

Pelo PV:

Fábio Ramalho. *(Pausa.)*

Pelo PRB:

Léo Vivas. *(Pausa.)*



Indago se tem mais algum dos Srs. Deputados que foram chamados e chegaram. *(Pausa.)*

Foram 13, dos Srs. Deputados: 10 votaram “não”; 2 votaram “sim”, e o Deputado Aleluia, em obstrução.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Obstrução não conta para *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Conta para *quorum*. A informação do Secretário é que conta para *quorum*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Obstrução conta para *quorum*? Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Lógico que conta para *quorum*.

Está rejeitado o requerimento.

Passamos à votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Retiro os demais requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Item 2. *(Pausa.)*

Vamos voltar ao item 1 da pauta.

Requerimento nº 78/09, do Deputado Sergio Petecão, que requer à ELETROACRE relatório de fornecimento de energia elétrica no Estado do Acre.

Com a palavra o Sr. Relator para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2.

Requerimento nº 80, do Sr. Cleber Verde, que requer expedição de ofício da Companhia Energética do Maranhão — CEMAR, para prestar esclarecimento à CPI sobre aumento de tarifas.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Pela aprovação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

Requerimento nº 81/09, do Sr. Cleber Verde, que requer expedição de ofícios à Companhia Energética do Maranhão — CEMAR, para prestar esclarecimentos à CPI.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de Convocação. Item 4. Requerimento nº 82/09, do Sr. Betinho Rosado, que requer a convocação de reunião de audiência pública no Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Caracterizo como de suma importância nós podemos ir ao Rio Grande do Norte, Sr. Presidente, para, principalmente, prestar esclarecimentos e ouvir aquela população.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto se o autor abre mão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de informar ao Deputado Betinho Rosado que esta Comissão terá todo o prazer de ir ao Rio Grande do Norte, para que possamos dar direito aos consumidores daquele Estado de serem ouvidos, para que possam ter voz e externar o serviço que é prestado no Rio Grande do Norte, porque isso é o que esta Comissão deve fazer: dar direito aos consumidores brasileiros de colocarem, externarem os serviços que estão sendo prestados em todos os Estados do Brasil.



Tenho certeza, o consumidor do Rio Grande do Norte até hoje não teve direito de se contrapor em relação aos serviços lá prestados.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, pela ordem, antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu solicitaria que fossem transcritas as notas desta Comissão. Eu levaria à Procuradoria, em nome desta Comissão, as palavras do Deputado José Carlos Aleluia, porque não se pode permitir que um Deputado, em defesa de interesses que estão fora deste plenário, aqui venha acusar toda a Comissão. Então, em defesa desta Comissão, se algum Deputado quiser fazer suas posições... Mas não pode atacar Deputados, levemente, neste momento em que se discute algo de interesse da população brasileira.

Portanto, eu faço a solicitação e o encaminhamento à Procuradoria, para analisar os procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A solicitação é aceita e será encaminhada imediatamente ao Procurador, para que ele a analise e tome os procedimentos cabíveis.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, o Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Só para deixar registrado, tendo em vista que o Deputado Carlos Aleluia é um Deputado do meu Partido, do Democratas: como ele bem colocou, é uma posição dele, não é... Eu não recebi nenhuma orientação do Líder, nenhuma orientação de bancada, por isso eu votei contra o requerimento.

Quero dizer ao Deputado Sergio Petecão que nós, que estivemos lá no Acre, que estivemos em Roraima, sabemos da importância da CPI.

Portanto, eu quero aqui registrar a minha posição clara em relação a esse acontecimento de hoje.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Eu queria que constasse na Ata desta sessão que, no começo, eu me referi ao Deputado Aleluia, dizendo que tinha uma admiração e um apreço muito grande por ele. Eu queria que o senhor retirasse essa minha “admiração”, que eu tinha por ele, e que eu o tenho como uma pessoa mal-educada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está bom.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - E eu queria fazer outro registro, Sr. Presidente. Eu recebi aqui as notas da ANEEL. Inclusive, a representante da ANEEL aqui... Ontem, eu li um convite, e a pessoa que transcreveu o convite da audiência pública, lá no meu Estado — que seria dia 8, mas a ANEEL mudou o dia, segundo informações da ANEEL —, ela cita que “*o consumidor que ficar assustado com as porcentagens divulgadas poderá colaborar com o questionamento da porcentagem apresentando as contestações de 2 formas: sendo a primeira por escrito, enviando, até o dia 8, a argumentação, através do correio eletrônico.*”

Eu queria só corrigir que a ANEEL — segundo o representante da ANEEL — não usa esse termo. Inclusive, eu tentei entrar em contato com a pessoa que assinou a nota, para que eu pudesse confirmar. Eu queria fazer esse registro de que a ANEEL não usa esse termo “ficar assustado”. Eu gostaria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ficará registrado. Esta Comissão atenderá à solicitação de V.Exa. de retirar das notas taquigráficas a sua solicitação.

Consulto se mais algum Deputado...

Temos um requerimento extrapauta.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Urzeni.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar. Esta Comissão é plural, ela é composta por Deputados de vários partidos. Mas, acima de tudo, eu acho que temos aqui um objetivo muito claro para o Brasil.



O Deputado Aleluia disse que a Comissão está sem foco. Eu acho que quem está sem foco é o Deputado Aleluia. Talvez esteja com o foco que não conseguimos enxergar, mas percebemos. Eu lamento muito essa posição do Deputado Aleluia, que é um grande Deputado, de achar que a nossa Comissão não vai chegar a lugar nenhum. Nós vamos provar.

V.Exa. tem sido um Presidente que tem trabalhado muito nessa questão, tem nos ajudado, tem colocado à disposição todos os instrumentos, como o Relator Alexandre Santos, que também tem feito tanto por esse trabalho. E o grande trabalho, o serviço, nós vamos prestar à sociedade brasileira.

Ao final de tudo, quando esmiuçarmos, vamos dizer, dissecarmos toda essa questão da tarifa elétrica no Brasil e mostrarmos as mazelas desse serviço brasileiro, a população vai nos agradecer, e o Deputado Carlos Aleluia vai no nosso coro, porque ele não vai ficar contra a população — eu não acredito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Fica registrado.

Com a palavra o Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, as palavras do Deputado José Carlos Aleluia foram muito duras para com esta Comissão. O Deputado José Carlos Aleluia deixou bem claro, colocando em dúvida toda a Comissão. Acho que cabia a todos nós interpelarmos o Deputado José Carlos Aleluia, para ele dizer quem está sob suspeição, por que e o que o levou a dizer aquilo. Acho isso importante, porque eu, como membro desta CPI, me senti atingido, porque não comungo das ideias do Deputado José Carlos Aleluia. Sou amigo do Deputado José Carlos Aleluia, tenho admiração, eu o acho um bom Deputado, um Deputado competente, um Deputado trabalhador, presente, ativo, mas acho que ele entrou demais, passou da conta, quando colocou toda a Comissão em suspeição. Ele não citou nenhum nome, mas disse que esta Comissão estava sob suspeição. Como eu sou membro desta Comissão, eu me senti atingido.

Esta Comissão deve se posicionar, pedindo ao Deputado José Carlos Aleluia que ele dê os dados que o levaram a colocar esta Comissão sob suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Isso será feito.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Antes, respondendo ao Deputado Léo Alcântara: será feito. Já vou pedir ao Secretário Francisco que tome as providências, e que interpelemos e também encaminhemos as notas taquigráficas à Corregedoria da Casa, para que sejam analisadas, a pedido do Relator, Deputado Alexandre Santos.

Com a palavra o Deputado Cameli.

Em seguida, o Deputado Wladimir Costa e o Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Só para reiterar o pedido do Deputado Léo Alcântara.

Eu também queria reiterar, e concordo e comungo, juntamente com V.Exa., Deputado, até porque ele tem de ter respeito conosco, Parlamentares, que estamos defendendo esta CPI e defendendo o interesse do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Eu quero prestar, primeiro, a minha solidariedade a V.Exa., Eduardo da Fonte, porque antes de pertencer a esta Casa, nós já nos conhecíamos. V.Exa. sempre um rapaz muito trabalhador, muito atento às causas públicas, lutou, batalhou e veio para cá. Veio para cá defender o seu povo, defender a sua gente. O que me fez admirá-lo e o que me fez admirar o Deputado Alexandre Santos, que já está há um bom tempo aqui na Casa, é, exatamente, o que pauta a nossa relação, uma relação de respeito, espiritualidade. Não nos furtamos das nossas responsabilidades. Sempre o admirei pela sua conduta moral e ética, sempre um trabalhador, um empresário, ainda muito jovem — antes de chegar aqui, já era empresário.

Não me causa nenhuma espécie, não me causa nenhum... porque o Deputado que usou esses impropérios contra os membros da CPI está acostumado a este tipo de proselitismo — está acostumado —, é obcecado pela imprensa. Ele adora chamar a atenção dos holofotes. Já foram inúmeras as vezes em que ele surtou em diversas Comissões. Inúmeras vezes já tentou atacar moralmente integrantes do Congresso Nacional.

Sinceramente, eu, Wlad, Deputado Wlad, não me ofendo. Eu só me ofenderia se as palavras partissem de alguém de conduta moral ilibada ou de alguém que



estivesse acima do bem e do mal — eu não estou acima do bem e do mal. Então, as palavras dele não me ofendem, porque para eu me ofender, depende muito da origem. Se V.Exa narrasse 10%, dirigisse 10%, eu iria me ofender, porque V.Exa. tem conduta moral e ética. Se V.Exa. me atacasse com 1%, somente do que foi colocado, eu ficaria ofendido. Mas dele, eu ignoro totalmente. Não acontece nada, não mexeu com o meu psíquico, não mexeu com a minha personalidade, não mexeu exatamente com nada.

Presto minha solidariedade. Eu não vou perder o meu tempo, sinceramente, de representá-lo na Corregedoria, a não ser que seja solicitado pelos colegas. Mas, de livre e espontânea vontade, eu não tenho interesse nenhum em representar, porque é uma figura que hoje é totalmente ignorada dentro da Câmara dos Deputados. É a minha opinião.

Quero novamente declarar o meu respeito ao Léo, ao Marcelo, ao Petecão, ao Sabino, a V.Exa., Dudu da Fonte, ao Alexandre, ao Bornier, a todos os integrantes da CPI.

Não é a primeira CPI de que eu participo. Participei da CPI do Mensalão — até no *Programa do Jô*, depois da CPI, eu fui dar entrevista —, também fiz parte da CPI dos Sanguessugas. Sempre fui muito aplaudido no meu Estado pela minha atuação. Fui reeleito com 220 mil votos no meu Estado do Pará. Tenho credibilidade, e as pessoas que me cercam têm de ter o meu perfil.

Então, eu tenho muito orgulho de ter hoje esta CPI presidida por V.Exa., Dudu, e tendo como Relator o meu colega, do meu Partido, PMDB, que foi apontado pelo meu Líder Henrique Eduardo Alves, avalizado pelo Presidente da Casa Michel Temer.

Eu não vou representar contra ele, porque o que ele colocou, sinceramente, é digno de pena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, eu queria solicitar que fosse colocado em votação o requerimento extrapauta, em função do horário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu quero informar ao Deputado Raul Henry que requerimento extrapauta requer votação nominal. Então, teremos de fazer a votação nominal.

Consulto se prossegue com a votação nominal.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Creio que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos iniciar a votação nominal para que seja aprovado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, para ajudar o Deputado Raul Henry. Essa solicitação dele seria para que o Sr. Josias estivesse também...

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Na audiência pública lá em Pernambuco.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Na audiência pública em Pernambuco.

Vamos tentar ver se aprovamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O *quorum* é de 13 Deputados.

Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o Sr. Josias vai estar aqui nessa Comissão às 2 horas da tarde — deve estar chegando. Eu não vejo sentido em se convocar 2 vezes. O Deputado Raul poderá fazer as perguntas que ele quiser ao Sr. Josias daqui a 3 minutos, quando se iniciar a próxima reunião.

Então, eu não vejo sentido de se convocar a mesma pessoa 2 vezes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Isso seria...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Consulte o colega se o contempla.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Essa convocação seria para ele estar presente para tirar dúvidas na reunião de Pernambuco. Eu acho que dentro da relação que nós estamos tendo aqui de esclarecimento, até mesmo do Ministério de Minas e Energia estar nos ajudando nesse procedimento, nós poderíamos fazer um



convite a ele. Acho que ele não se negaria a um convite de participar, já que nós teremos algum problema, neste momento, de *quorum*, para aprovar. É isso que eu estou tentando, para ver se harmonizamos os procedimentos.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - O Deputado Eduardo da Fonte é de Pernambuco e sabe disso. Esse tema é muito sensível no Estado, tanto que o Dr. Nelson Hubner já se colocou aqui na Comissão e está indo a Pernambuco.

Seria importante que o Governo também se pronunciasse sobre essa questão em Pernambuco, em função da importância que esse tema tem no Estado. Daí a razão desse requerimento para convocá-lo também no próximo dia 2.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputado Raul Henry, eu estou aqui sinalizando para a representante do Ministério de Minas e Energia, e ela está concordando que nós façamos o convite pela falta de *quorum* — senão, aprovaríamos sem nenhum problema. Até posso conversar com ele, pedindo para que, se ele puder, nos acompanhe — vai ser de grande valia para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu consulto o Deputado Raul Henry se ele concorda em retirar o requerimento.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Claro, fazemos o convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos fazer o apelo, para que ele participe, o que, tenho certeza, irá engrandecer muito o debate no Estado de Pernambuco. Todos nós temos a mesma determinação, a mesma vontade de defender o consumidor de Pernambuco.

Eu gostaria de informar também que, pelo acréscimo de gente na audiência pública de Pernambuco, não iremos convocar o Presidente da COELBA, do Estado da Bahia. Iremos fazer a audiência pública no Estado da Bahia para que os consumidores baianos tenham o direito também de se pronunciar e de se defender da empresa que presta serviços ao povo baiano.

Então, irei consultar os demais Deputados da Bahia, para que possamos realizar a audiência pública da COELBA no Estado da Bahia, para que o consumidor baiano tenha o direito também de se defender, de ver e reclamar dos serviços ora prestados na Bahia.

Consulto se mais algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)



Encerrada a apreciação de requerimentos, vou suspender a reunião até as 15h, quando daremos prosseguimento ao Item 2 da Pauta: Audiência com o Sr. Josias Matos de Araújo, Secretário de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia — será realizada no Plenário 4.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dando prosseguimento à Ordem do Dia, vamos ao Item 2 da pauta: audiência pública com o Sr. Josias Matos de Araújo, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, a quem convido para tomar assento à mesa.

Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 75/2009, de minha autoria, aprovado no último dia 16 de setembro.

Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem se inscrever junto à secretaria da Comissão.

Passo a palavra ao Dr. Josias para que possa iniciar sua exposição.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Questão de ordem do Deputado Sergio Petecão.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, eu gostaria... Não sei se me dirijo diretamente ao Presidente ou ao Relator, mas, por conta de um episódio da nossa sessão da CPI pela parte da manhã, eu queria... Eu não sei se nesta sessão em que vamos ouvir o Sr. Josias Matos de Araújo será possível, mas eu gostaria que, nas próximas sessões, as pessoas que estão nos dando o prazer de fazer parte das nossas sessões aqui na CPI fossem identificadas, para que nós possamos ir nos familiarizando com as pessoas, sabendo quem é quem, porque tem muita gente participando, e eu gostaria de saber quem são as pessoas que estão participando. Que fosse... Eu não sei qual será o mecanismo, mas uma simples inscrição, para que nós possamos saber quem são as pessoas que estão nos dando o prazer de participar desta CPI.

Foi questionado e inclusive foi colocada sob suspeição a nossa CPI na parte da manhã. E eu queria deixar bem claro para o senhor: eu estou a serviço do povo do meu Estado e do povo deste País. Eu gostaria de saber das pessoas que estão



aqui, de todos os que estão aqui, a serviço de quem estão, para quem estão prestando serviço, para que nós possamos identificar. E isso, com certeza, vai ajudar o nosso trabalho. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou acatar a solicitação do Deputado Petecão e gostaria de comunicar ao secretário que solicite a todos os que vierem participar das próximas reuniões que se identifiquem e que peçam autorização na secretaria desta CPI.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação. É que a informação que estou recebendo aqui é que o Regimento diz que as sessões da CPI são abertas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, ninguém está... Pelo contrário, ninguém está querendo evitar a entrada de ninguém, Deputado Raul Henry. O que o Deputado Petecão solicitou é que fossem identificadas as pessoas que estão acompanhando os trabalhos da CPI, dizendo se são meros espectadores ou se estão prestando algum serviço a qualquer tipo de vínculo empregatício.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Não, a minha ponderação é apenas no sentido de evitar constrangimentos aqui, porque eu tenho participado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas não é constrangimento nenhum.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Eu tenho participado de reuniões tensas na Comissão de Educação, em audiências públicas, e nunca vi a solicitação de identificação dos presentes.

Então, eu queria ponderar ao Deputado Petecão que ele abrisse mão dessa sua proposição, para que a gente não criasse aqui um ambiente de maior hostilidade do que o que a gente viu hoje pela manhã aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu consulto o Deputado que solicitou se ele abre mão. Se ele não abrir, eu vou acompanhar o pedido dele, porque eu tenho a informação também do secretário de que isso é normal. Está



dentro do Regimento da Casa e não traz constrangimento nenhum. É uma simples solicitação de identificação de quem está participando. Eu acho que não traz constrangimento a ninguém, e todos podem enviar essa solicitação ao secretário da CPI, para que se torne público também.

O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO - Sr. Presidente, muito pelo contrário. Eu não... A nossa reivindicação não foi no sentido de causar qualquer tipo de constrangimento, muito pelo contrário. É para que facilite até o trabalho desta CPI. Às vezes, eu posso pedir algumas informações, fazer qualquer tipo de questionamento a algum... sei lá, algum funcionário que esteja aqui, alguma pessoa que esteja aqui sendo convocada, para que facilite o meu trabalho. Eu não tenho nenhum objetivo em causar nenhum tipo de constrangimento, muito pelo contrário. Eu acho que a presença de todos aqui nos ajuda muito. Agora, era importante que nós soubéssemos com quem nós estamos trabalhando aqui. É porque foi colocado sob suspeição o trabalho da CPI na manhã de hoje. Nós precisamos saber quem é, realmente, que está interessado nesta CPI ou quem é contra esta CPI. Eu acho que isso é o mínimo que poderemos pedir, para saber com quem estamos trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida, Deputado Petecão. O grande objetivo desta CPI é a transparência, é esclarecer ao povo brasileiro os motivos pelos quais, hoje, as tarifas de energia elétrica no Brasil são das mais caras do mundo. Então, não vamos medir esforços para que esse trabalho tenha um resultado concreto para o Brasil, junto com o Ministério Público Federal, junto com o Tribunal de Contas da União.

Já fiz a leitura de um ato da Presidência desta CPI que determina que o secretário desta CPI encaminhe, automaticamente, todos os pedidos de informações recebidos por esta CPI ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, porque temos prazo para o encerramento dos trabalhos. Com certeza, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal darão continuidade ao trabalho desta CPI.

Então, gostaria de passar a palavra aqui, antes, ao Relator e...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...ao Deputado Léo Alcântara.



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - ... eu gostaria de sugerir a V.Exa. — nosso convidado já está aguardando há 1 hora e 50 minutos — que essas questões internas da CPI nós tratássemos numa reunião ordinária de deliberação. Hoje nós estamos em reunião de audiência pública, nosso convidado já aguarda há praticamente 2 horas. Eu acho que nós deveríamos começar e tratar desses assuntos numa reunião interna da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto o Relator se quer fazer uso da palavra, para que possamos iniciar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para dizer do prazer de receber o Dr. Josias Matos de Araújo. Eu tenho certeza de que sua contribuição será de grande valia para todos nós que aqui clamamos por melhores esclarecimentos. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Dr. Josias Matos de Araújo, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da CPI, em nome de quem eu cumprimento os demais Deputados aqui presentes; Deputado Alexandre Santos, Relator desta CPI, meus cumprimentos também; demais participantes desta CPI, desta audiência, o meu boa tarde também. Deputado Eduardo da Fonte, eu vou fazer uma apresentação sobre o assunto, para poder chegar à questão que me foi colocada, com relação ao andamento da alteração da Portaria Interministerial nº 25/2002, que trata da Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A. Então, antes de chegar exatamente ao cronograma sobre como está o andamento dessa questão, eu vou fazer um pequeno histórico sobre o assunto, para mostrar o que levou à criação desse mecanismo chamado CVA.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem, inicialmente, vamos fazer um histórico com relação ao assunto. Conta de Compensação dos Valores dos Itens da Parcela A, conhecida como CVA. Inicialmente, o que levou à criação desse mecanismo, uma vez que ele foi estabelecido a partir... A ideia inicial surgiu a partir de 2001, quando nós tivemos no Brasil a questão da crise no abastecimento, o chamado apagão. E também, naquela



oportunidade, houve uma desvalorização da nossa moeda, o real. Então, como no contrato de concessão não havia a previsão de nenhum tratamento específico para mudanças nos preços da Parcela A, naquela oportunidade, após uma série de discussões, em 2001, se levantou a possibilidade de criar um mecanismo para compensar as perdas de receitas relacionadas com os itens não gerenciáveis. Ou seja, hoje, já se sabe que a composição é feita por itens gerenciáveis e itens não gerenciáveis, que é a fórmula que tem hoje, a metodologia que tem para reajuste tarifário.

Então, o foco aqui é com relação aos itens não gerenciáveis. Naquela oportunidade, a decisão foi criar esse mecanismo chamado CVA. Qual o objetivo, na época, quando foi criado esse mecanismo? Exatamente assegurar o equilíbrio contratual, que evitaria volatilidades de curto prazo, que poderiam ser transferidas para as tarifas. É preciso lembrar também que, naquela oportunidade, a variação do dólar era muito grande. Isso, de certa forma, poderia estar impactando nesse mecanismo, nessa Parcela A não gerenciável. Daí a motivação para criar o mecanismo chamado CVA. Baseada, portanto, nessa motivação, foi editada a Portaria Interministerial nº 296, de 25 de outubro de 2001. Então, essa foi a primeira portaria editada para tratar especificamente desse assunto.

Portanto, foi instituída, portanto, a CVA pela Portaria nº 296, conforme eu mencionei, que, observemos aqui, é uma portaria que envolve Ministério da Fazenda e Ministério de Minas e Energia. Na verdade, trata-se de um assunto relativo à parte econômico-financeira. Tanto que dentro do nosso Ministério o assunto é sempre conduzido pela assessoria econômica e financeira. E essa assessoria econômica e financeira faz toda uma interação com o Ministério da Fazenda para deliberação final. Então, ela foi instituída com a finalidade de registrar as variações, ocorridas no período entre os reajustes tarifários, dos valores de itens dessa Parcela A, que faz parte dos contratos de concessão. Então, esse era o objetivo. Ou seja, você tem, considerando aí, vamos supor... vamos para uma referência: 2007-2008. Então, você tem, entre um período e outro... Quer dizer, entre um período e outro você teria que ter esse mecanismo, teria que fazer um reajuste nesse mecanismo de compensação financeira.



Posteriormente, essa portaria interministerial foi revogada por uma nova portaria, a Portaria nº 25 — alvo aqui do requerimento —, de 24 de janeiro de 2002, que sofreu alterações através da Portaria nº 116, de abril de 2003, e novas alterações, posteriormente, através da Portaria nº 361, de 26 de novembro de 2004. Na verdade, essas novas portarias que surgem são inclusões de novos componentes para esse mecanismo, que é a próxima que nós vamos mostrar. Então, a Portaria nº 116 acrescentou os valores recolhidos a título da Conta de Desenvolvimento Energético — CDE e de Encargo de Serviço de Sistema — ESS. Então, essa portaria permitiu a inclusão desses 2 novos encargos. E a Portaria Interministerial nº 361, de 26 de novembro de 2004, acrescentou a variação dos custos de aquisição de energia elétrica e das cotas de energia e custos do PROINFA. Então, essa aqui incluiu mais esses 2 encargos setoriais. Em resumo, a Portaria interministerial nº 25, de 2002, portanto, contempla os seguintes itens não gerenciáveis, todos definidos em lei — fazendo aqui um retrospecto do que ela contempla. Ela contempla, portanto: tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; cota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustível — CCC e à CDE; tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; encargos de sistemas; cotas de energia e o custeio do Programa de Incentivo às Fontes Renováveis, que é o PROINFA; e custos de aquisição de energia elétrica.

Portanto, esses são os itens que compõem essa portaria interministerial e que fazem parte desse mecanismo de compensação chamado CVA. Para fechar — eu tenho mais 3 ou 4 *slides* aqui —, menciono o seguinte: com relação ao assunto, eu vou aqui colocar um pequeno trecho do posicionamento da ANEEL junto ao TCU. Então, a ANEEL, quando saiu o Acórdão nº 2.210, de 2008, fez um pedido de reexame. E, nesse pedido de reexame, temos aqui uma colocação feita pela ANEEL. Ela afirmou que: *“A metodologia prevista por meio de fórmulas paramétricas nas cláusulas do contrato de concessão foi estabelecida nos estritos limites da discricionariedade que o legislador conferiu ao Poder concedente. (...) uma vez que tal metodologia foi elaborada observando todos os contornos legais impostos pelas Leis nºs 8.987/1995”* — que é a Lei das Concessões — *“e 9.427/1996”* — que é a



Lei que criou a própria agência reguladora. Ainda, continuando, o posicionamento da ANEEL: *“Não é recente o empenho da ANEEL em buscar uma forma de aperfeiçoar a regulação econômica da distribuição e adequá-la à nova realidade dos encargos setoriais. Nesse sentido”* — chamo a atenção para este ponto —, *“em 11/10/2007, um ano antes do Acórdão nº 2.210, a Superintendência de Regulação Econômica — SER da ANEEL solicitou a abertura de processo administrativo para tratar da falta de neutralidade da ‘Parcela A’.”*

Esse é um novo posicionamento da ANEEL, que faz parte do processo deles. Eu destaco aqui: *“Agora, se percebe que novas alterações em itens da Parcela A geraram distorções significativas que não podem ser capturadas pelos mecanismos contratuais. São requeridos, portanto, novos ajustes na CVA como forma de aperfeiçoar a regulação a esta nova realidade da composição da receita das concessionárias, a saber, a crescente participação de itens não gerenciáveis.”* Considerando a exposição que eu fiz aqui e que o assunto da Portaria nº 25 envolvia o Ministério da Fazenda e o Ministério das Minas e Energia, a ANEEL...

Fiz isso aqui exatamente respondendo à questão que me foi formulada. Vou usar este, porque este aqui, parece, desfocou. É só para verificar os marcos. Em 2007, conforme tela anterior, a ANEEL já havia identificado, através da abertura de um processo administrativo, essa questão da CVA. Elaborou os estudos e encaminhou uma proposta de alteração dessa Portaria Interministerial 25/2002 ao Ministério de Minas e Energia, em novembro de 2008. No mesmo mês do encaminhamento, pela ANEEL, dessa portaria, iniciaram-se reuniões envolvendo técnicos da ANEEL e do Ministério para discutir o assunto, o que resultou numa nota técnica sobre o assunto. Então, após essas reuniões deliberativas e técnicas, foi feito um ajuste na proposta de minuta encaminhada pela ANEEL. Isso já em dezembro de 2008.

Em janeiro de 2009, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica — ABRADÉE esteve na ANEEL e no Ministério apresentando os seus argumentos com relação ao assunto. Lógico, é fácil de perceber que o assunto é um assunto de natureza complexa, é um assunto que exige uma análise profunda e uma avaliação, exatamente para se evitar problemas de impactos com relação ao assunto. Baseado nessa consulta, nesse trabalho que a ABRADÉE nos apresentou



e apresentou ao Ministério de Minas e Energia, foram feitas novas avaliações, e então houve um aperfeiçoamento da portaria. Isso em março de 2009. Em abril de 2009 — isso foi no final de março —, logo no início de abril de 2009, o Ministério encaminhou um ofício ao TCU informando sobre o assunto, informando como estava o andamento da questão e que passos nós estávamos tomando para deliberar sobre essa questão aqui.

Como houve, aqui, uma alegação jurídica com relação ao assunto e havia, de certa forma, uma posição da ANEEL, uma posição do Ministério, e uma posição da ABRADÉE, então, houve-se por bem, aqui, fazer... levar o assunto à CONJUR, para que ela fizesse uma avaliação e nos fornecesse um parecer sobre o assunto. Muito bem. Foi encaminhada à CONJUR — inclusive, a advogada Sílvia, que fez o parecer, está aqui presente, conosco, nesta audiência —, recebemos a questão oriunda da CONJUR no mês de julho, e, já no início do mês de agosto, foi feita, então, uma reunião entre o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL, com a presença do Ministério da Fazenda, exatamente para apresentar a questão.

Então, nós estamos nessa questão, e é intenção do Ministério de Minas e Energia — a nossa assessora econômica e financeira, Marisete, que conduziu essa reunião com o Ministério da Fazenda está aqui presente também — que esse assunto seja resolvido o mais rápido possível. Ou seja, eu sou otimista e, olhando para a Marisete, vejo grande chance de resolver ainda neste mês de setembro o assunto. Porque agora, exatamente, é uma decisão para a emissão da portaria interministerial. Essa é a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Dr. Josias.

Passo a palavra ao Relator, para que ele possa iniciar as perguntas.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Josias, quero iniciar agradecendo-lhe a vinda aqui e fazer até um convite de um Deputado que fez um requerimento, Raul Henry, de Pernambuco, para que, na audiência que nós teremos no dia 2, o senhor pudesse estar presente, em conjunto conosco, porque nós estaremos lá, junto com o Ministério Público, órgãos de defesa do consumidor. E como será uma grande audiência do povo de Pernambuco e também dos Parlamentares que fizeram com que fosse instalada esta Comissão aqui, se fosse possível, nós agradeceríamos muito em ter o senhor conosco.



Bem, iniciando, eu já perguntaria ao senhor — até tentando fechar isso aqui, para depois retornar às perguntas que já tenho aqui — se essa auditoria se deu em 2007, conforme demonstrativo do seu quadro aqui.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não. Em 2007, a ANEEL fez a abertura de um processo administrativo, já identificando a questão da falta de neutralidade na Parcela A. E a auditoria, pelo que nós temos aqui, aconteceu em 2008.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Mas nós estamos... É só para entender. Depois de 3 anos nós ainda estamos tentando realinhar procedimentos que foram detectados como irregularidades ou desvios, dentro de uma portaria anterior? É isso?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Só informando: conforme eu mencionei na apresentação, o Ministério de Minas e Energia recebeu a sinalização da agência reguladora com relação ao assunto em novembro de 2008. Em novembro de 2008, ela oficializou ao Ministério, encaminhando uma proposta de alteração da portaria interministerial; em novembro de 2008. Então, a partir de novembro de 2008, a auditoria foi — eu não sei se o Marcos saberia exatamente dizer a data da auditoria do TCU...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Foi anterior?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Foi anterior. Foi anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A auditoria foi anterior.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Foi anterior. Foi anterior. A auditoria foi anterior.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - A auditoria foi anterior?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Foi anterior, com certeza. Anterior. Então, é só para...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Então, só para entender, nós, que somos órgãos reguladores, estamos há 3 anos tentando realinhar um procedimento que está prejudicando muito o contexto de energia elétrica.

Então, nessas posições é que temos que tentar um caminho mais rápido. Eu acho que era só para fazer... ficar bem claro que para mudar uma portaria nós estamos levando 3 anos.



O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Nobre Deputado, eu entendo a sua preocupação e acredito que a preocupação nossa, que fazemos o setor elétrico também... Isso aqui é exatamente, como eu comentei na minha apresentação, por se tratar de um assunto que exigia um aprofundamento, algumas simulações...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - ...dada a complexidade do assunto. Eu até faria, aqui, me permita, uma comparação com os próprios projetos de lei que acontecem aqui, em que a gente passa por uma série de comissões para poder, depois, ter o fechamento final e ter, realmente, o melhor produto para o nosso País. Então, este caso aqui exigiu uma análise, a partir do instante, inclusive, que nós recebemos o assunto. Eu aqui não vou fazer inferência, mas diria que, provavelmente, a ANEEL, quando identificou o problema, fez todo um trabalho, já que ela produziu um trabalho sobre isso. E, quando nos encaminhou, isso exigiu do Ministério uma análise conjunta. E nós, inclusive, tivemos até que chamar a ANEEL — ela esteve presente lá nesse período de novembro e dezembro de 2008 — para que houvesse todo um entendimento com relação à proposta da portaria interministerial, a partir de toda uma análise, de todo um estudo que foi feito.

Então, uma vez identificado isso aí, houve, por parte do Ministério, uma proposta de pequenos ajustes na portaria, o que, com certeza absoluta, pela reunião que aconteceu, foi aceito. E foi feita essa adequação. Teve nesse intervalo, exatamente entre novembro e dezembro, como comentei, a presença da ABRADÉE, no sentido de apresentar os seus argumentos, os seus elementos com relação ao assunto. Apresentou para o Ministério em janeiro. Como expliquei aqui inicialmente, houve uma questão aí que a gente entendeu legal, possivelmente legal, em termos de aplicação da portaria, então houve uma conveniência — e até importante —, e a gente pediu um parecer jurídico para que a gente realmente editasse a portaria com respaldo jurídico com relação à questão. Por que qual foi a grande questão — posso aqui citar, e o Marcos está aqui e pode nos informar — levantada pela ABRADÉE? Que ela estaria ferindo o contrato de concessão.

Essa foi a questão levantada. Como foi levantada essa questão que estava ferindo o contrato de concessão, e eles apresentaram inclusive um parecer jurídico que eles haviam pedido sobre o assunto, então nós achamos por bem recorrer a



nossa área jurídica para ter um parecer jurídico com relação a essa questão, se estaria ferindo ou não o contrato de concessão. Então, nós temos o parecer jurídico. E a ideia agora, já que foi apresentada e já se fez essa reunião com o Ministério da Fazenda, é consolidar o assunto. Não tem mais agora o que esperar. Tem que consolidar o assunto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu já agradeço seus esclarecimentos sobre a ABRADÉE, porque eu iria perguntar, inclusive, por que ela foi ouvida, já que aquele que está pagando a conta errada não está sendo ouvido, entendeu? Mas o senhor já me esclareceu. Eu lhe agradeço.

Eu queria dizer, Dr. Josias, que quando se faz uma portaria, principalmente, é para ter mais agilidade. Um decreto ou uma lei, quando estamos aqui fazendo e discutindo com todos os setores da sociedade, o que não é o caso lá do Ministério de Minas e Energia, nós aqui também temos o caráter de urgência urgentíssima, porque nós, em 2 sessões ou 3 aprovamos, quando se trata de algo relevante. Quando vejo também que isso aí é uma coisa de suma importância para o sistema, eu acho que temos que também providenciar para o Ministério de Minas e Energia um sistema de urgência urgentíssima, para que dentro de, no máximo, 2 ou 3 meses, possamos retirar as distorções necessárias, seja a mais, seja a menos. Era nesse sentido que eu estava a fazer a colocação com o senhor.

Eu também solicitaria, Dr. Josias, que o senhor encaminhasse essa minuta para que pudéssemos aqui também ter uma noção do que está sendo colocado, já que estamos tentando fazer os ajustes necessários para os futuros procedimentos do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Só para tirar uma dúvida, Dr. Josias. Para as regras atuais entrarem em vigor, quais foram os procedimentos? Foi preciso também uma portaria ministerial para isso ou foi um decreto da ANEEL, uma resolução da ANEEL que colocou em vigor a atual legislação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Não, especificamente na questão da auditoria do Tribunal de Contas. No microfone, por favor.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Desculpe, Deputado. É com relação a essa questão aqui?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - É.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não, com relação a essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Foi uma resolução da ANEEL que colocou em vigor? E por que a ANEEL não acata a decisão do Tribunal de Contas e faz a revisão nessa sua resolução? Por que é — desculpe, Relator, só para tirar essa dúvida, que é importante — necessária agora uma portaria interministerial para poder revogar uma decisão da ANEEL, se a ANEEL poderia simplesmente revogá-la?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Posso... A ANEEL está presente, inclusive, aqui. O Romário, que trabalhou na Portaria Interministerial 25, é assessor da Dra. Juíza lá. Eu posso até abrir a palavra se ele quiser. Mas a questão inicial é que, quando foi estabelecido esse mecanismo em 2001, ele foi estabelecido através de uma portaria interministerial e, é lógico, depois esse documento é encaminhado para a ANEEL, para que ela tome todos os procedimentos, já que ela é responsável pela questão do reajuste tarifário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Perfeito. Porque a decisão do TCU determinava que a ANEEL mudasse a metodologia.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu até agradeço, Sr. Presidente, porque eu já estava aqui me preparando, tecnicamente, para perguntar se a ANEEL não dividiu com o Ministério a culpa pelo erro cometido. Esse erro feito anteriormente pela ANEEL foi dividido com o Ministério ou ela assumiu esse posicionamento e pediu para que vocês consertassem?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Quem fez a identificação inicial sobre essa questão da distorção referente ao mecanismo foi a própria agência, uma vez que ela identificou isso através de uma abertura de um processo administrativo. E, ao identificar isso, ela encaminhou para o Ministério uma proposta de alteração. E teve nesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - O Tribunal de Contas identificou anteriormente...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não, em 2007, volto a enfatizar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Não, porque você afirmou que foi em 2007, depois afirmou que foi posterior à decisão do Tribunal de Contas.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não, em 2007, a ANEEL fez a abertura interna de um processo administrativo. Teve auditoria do TCU, que, em 2008, identificou também uma questão, só que é uma questão — eles podem comentar aí — mais ampla com relação à questão do mecanismo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Então existem vários erros no mecanismo que estão sendo corrigidos?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não, eu não diria que tem erro em mecanismo. Eu acho que a ANEEL é que é responsável por responder isso aí, uma vez que a ANEEL...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Porque o Tribunal de Contas determinou que tinha erro. O Tribunal de Contas, no acórdão, determinou que existiu erro.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Como a ANEEL... Aí eu quero chegar no seguinte, Deputado: é preciso separar duas coisas. Quer dizer, mecanismo da Parcelar A *versus* fórmula que faz toda a correção com reajuste tarifário. São duas coisas diferentes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Distintas.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Distintas, está certo? Quer dizer, o Ministério se ateve na época, em 2001 — apesar de não estar no Ministério, esse é o histórico todo —, a uma questão de um mecanismo fazer uma compensação, uma vez que foram identificadas distorções nessa questão. Então, criou-se o mecanismo. Agora, ao longo do tempo, as coisas ou vão estabilizando ou vão sofrendo variações. Então, foi percebido pela agência, a partir dessa abertura que ela fez, que havia necessidade de fazer um novo ajuste nesse mecanismo de compensação, exatamente para você poder capturar diferenças de valores. Então, teria que ser feito um novo mecanismo. É lógico que ela identificou isso. E teve também uma auditoria do TCU, que é uma auditoria mais ampla. Este é o meu entendimento: uma auditoria mais ampla do TCU. Agora, o que ela encaminhou efetivamente para a gente foi uma minuta da Portaria nº 25, que estava contemplando um novo ajuste



desse mecanismo. Então, o Ministério se deteve a analisar essa minuta de portaria para esse mecanismo. Não entramos no mérito de fórmula paramétrica lá do...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Josias, dentro dessa correção se encontra o ressarcimento aos contribuintes com suas devidas correções dos valores, já que essas somas são bilhões e bilhões?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Eu diria, Deputado Alexandre Santos, que toda e qualquer... O Ministério, como tem o papel de definir políticas e diretrizes, ao definir essas políticas e diretrizes ele sempre está buscando a modicidade tarifária, respondendo à sua pergunta; sempre está buscando a modicidade tarifária.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Estaria incluído o ressarcimento desses prejuízos aos consumidores?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Verifico o seguinte: esse mecanismo, quando ele foi criado... esse mecanismo vai, durante os reajustes tarifários... esse mecanismo poderá ter um valor menor ou maior, dependendo da compensação que você tem que fazer. Então, é lógico que, se isso acontece, você rebate, está rebatendo na modicidade tarifária.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, deixe eu aproveitar a presença aqui. Considerando, Dr. Josias, que o destino das concessões que vencem em breve é um tema muito relevante, na questão das tarifas de energia, somente pelo que o senhor definiu nesse momento último, bem como que o Ministério de Minas e Energia tem um papel fundamental na definição do caminho a ser seguido, gostaria de lhe perguntar: o Ministério de Minas e Energia já definiu qual será o tratamento a ser dado às concessões vincendas? Se o senhor puder, pode ir anotando, porque talvez eu pergunte... Em caso afirmativo, o senhor poderia adiantar qual é a posição do Ministério de Minas e Energia ou o que os estudos apontam? E, se há uma posição, se essa posição existe, para quando poderemos esperar essa definição? E quais as principais preocupações no tratamento desse tema? O senhor destaca algum risco de que esse patrimônio já pago pelos consumidores acabe nas mãos dos acionistas? E, com sua visão, qual a melhor forma de garantir que os consumidores sejam efetivamente beneficiados?



Eu tenho certeza, pelo seu passado e pelo seu histórico, de que o senhor está sendo lá um dos nossos guardiões nessa linha. Então, seria de muita valia o seu posicionamento nesta CPI.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado, fazendo aqui um rápido resumo com relação a essa questão das concessões, o Ministério de Minas e Energia, no ano passado — eu cheguei lá exatamente em 20 de outubro e, quando eu cheguei lá no Ministério já havia um grupo formado, e eu acabei me integrando depois a esse grupo, de certa forma, para colaborar também —, tinha um grupo tratando dessa questão das concessões. Era um grupo multidisciplinar com participação de várias Secretarias e também com contribuições de outros órgãos do setor, como o próprio Operador, a própria EPE e a própria ANEEL participando também. E esse grupo, então, num primeiro momento, tomou a decisão de fazer uma avaliação interna e também ouvir todos os atores do processo. Então, abriu, deu oportunidade para que todos se manifestassem, todas as associações, todos aqueles que de alguma forma tivessem alguma contribuição, para que participassem do processo. E só foi feito... Esse grupo fez um diagnóstico preliminar sobre essa questão da concessão, baseado em todas as informações que recebeu. Está com esse diagnóstico pronto. O próximo passo desse diagnóstico seria levar o assunto para o Conselho de Políticas do Governo, que é coordenado pelo Sr. Ministro de Minas e Energia, para ser feita a apreciação com relação ao assunto.

Com relação à outra pergunta que foi feita aqui, preocupações ou benefícios, é lógico que essas concessões que estarão vencendo no ano de 2015 são concessões amortizadas. A maioria é de concessões amortizadas. E é lógico que há de se pensar em mecanismos que possam capturar essa amortização, por exemplo, de forma a resultar numa modicidade tarifária. Então, essa é a preocupação, nesse sentido. Agora, adiantar, por exemplo, qual será o melhor procedimento a adotar com relação ao assunto... Nós temos todo um diagnóstico feito e que será colocado aos Ministros para essa tomada de decisão. Mas entendo, como um técnico do setor, que milita há muitos anos, há quase 30 anos no setor elétrico brasileiro, que se tem que buscar o interesse do cidadão. Então, aquilo que vai ser conduzido é no sentido, evidentemente, de buscar uma modicidade tarifária.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Obrigado, Sr. Josias. Eu queria agora fazer uma pergunta ao senhor sobre geração hidrelétrica *versus* geração térmica.

Diversos leilões de energia realizados pelo Governo tiveram como resultado a negociação de grandes montantes de energia provenientes de usinas térmicas a óleo, cujo preço é mais caro, e o impacto ambiental é maior, em especial quanto à emissão de gases de efeito estufa.

A Empresa de Pesquisa Energética alega que prioriza geração hidrelétrica, porém afirma não haver projetos suficientes para expansão, geração, porque durante muitos anos o País ficou sem planejamento.

Há também a alegação de que muitos processos de licenciamento ambiental são muito demorados para as hidrelétricas, ao contrário das térmicas, que acabam sendo viabilizadas pelos órgãos ambientais de maneira mais célere.

O que tem feito o Ministério de Minas e Energia, no sentido de articular-se com o Ministério do Meio Ambiente e com os órgãos ambientais para dar maior celeridade aos licenciamentos das hidrelétricas? Essa seria a minha primeira pergunta.

Segundo, os critérios adotados pelo IBAMA e pelos órgãos ambientais estaduais são realmente diferenciados para as hidrelétricas e térmicas?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado, só queria dizer aqui, antes de fazer algum comentário com relação ao assunto, e até dar um esclarecimento, que é importante isso, que o nosso Ministério de Minas e Energia tem uma Secretaria de Planejamento Energético, está certo? E nós temos uma zona de fronteira dentro do Ministério, que é empreendimentos que irão à licitação *versus* empreendimentos que já estão em operação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Poderia repetir, por favor?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Empreendimentos que irão à licitação *versus* empreendimentos que já estão em operação. E a Secretaria de Energia Elétrica, da qual eu sou Secretário, cuida exatamente da segunda parte. Ela se responsabiliza por aqueles empreendimentos que já estão em operação. Faz o monitoramento para subsidiar, para fazer verificação se está tudo a contento, se nós estamos com as usinas todas sendo despachadas. Essa parte toda que leva a leilão,



que leva a essa negociação preliminar é feita pela Secretaria de Planejamento Energético. É feito por outra Secretaria.

Eu quero esclarecer isso aqui para não me arvorar e entrar em questões que tem outra responsabilidade dentro do Ministério de Minas e Energia. Agora, o que eu diria, dentro desse contexto, numa visão talvez até de técnico do setor somente e muito limitada com relação a essa questão aqui, é que hoje existem várias condicionantes, estabelecidas pelos órgãos ambientais, condicionantes que têm que ser cumpridas pelo empreendedor, tanto para empreendimentos de geração hidráulica quanto para empreendimentos de geração térmica. E o empreendimento só tem liberada a licença quando essas condicionantes são atendidas. Quer dizer, uma vez atendidas as condicionantes é que se tem a liberação do empreendimento. E às vezes até pode ser que o empreendimento atrase a entrar em operação porque o empreendedor também deixou de atender condicionantes do Ministério do Meio Ambiente. Então, por ele não atender essas condicionantes, isso pode levar a atraso do empreendimento.

É lógico que dentro do contexto da fase inicial, essa fase que levará um projeto a ser licitado, tem todo um trabalho que é feito de articulação entre os 2 órgãos — tem que ter isso aí —, negociando uma coisa, negociando outra. Por quê? Porque o objetivo maior é atender o sistema elétrico brasileiro, é você não ter falta de energia elétrica. E para não ter falta de energia elétrica, tem-se que viabilizar os empreendimentos dentro dos horizontes previstos.

Quer dizer, o Brasil é um país que hoje tem uma demanda em torno de 105 mil megawatts, que tem uma taxa de crescimento na faixa de 3 mil a 4 mil megawatts-ano e que, portanto, requer um planejamento adequado para que esses empreendimentos aconteçam nas datas previstas. Quer dizer, tem os leilões A-3, A-5, para que a gente tenha isso acontecendo. É lógico que ele vai buscar sempre esse entendimento e buscar sempre a viabilização desses empreendimentos. Agora, esses empreendimentos vão a leilão, são licitados, entram em operação. A Secretaria de Energia Elétrica passa a acompanhar o funcionamento desse empreendimento. Só para deixar essa fronteira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu gostei tecnicamente da sua explicação, mas o senhor poderia me dizer se existe, se o senhor tem o sentimento



de que existe essa diferenciação da hidrelétrica para a térmica? Existe um posicionamento de hoje darem, pelos leilões que estamos vendo aí, mais atenção às térmicas, em detrimento das hidrelétricas, que são muito mais baratas e, em termos de meio ambiente, muito melhores para o País?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Eu diria que as condicionantes podem ser diferentes, o número de condicionantes de um e para outro. Perfeito? Então, essa diferença pode, digamos assim, gerar uma diferença de tempo no processo. Eu tenho aqui, inclusive, o Dr. Hildo, que me acompanha também, lá do Ministério. Não sei se ele quer fazer algum comentário sobre o assunto. Mas o que eu direi é isso, que tem o número de condicionantes que levam a uma diferença entre um processo e outro. E, é lógico, é tudo uma questão de negociação. Quer dizer, se você está construindo um empreendimento, uma linha, por exemplo, e passa numa reserva extrativista, passa numa reserva indígena, tudo isso requer uma negociação. É um processo longo e negocial para que você possa ter um empreendimento viabilizado. E a gente sempre buscando respeitar todas as questões que estão atreladas a esses problemas de reserva indígena, de reserva extrativista, por exemplo — dando 2 exemplos. Então, não estou aqui dizendo que...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - É só para o senhor entender, porque é de suma importância esse seu posicionamento, porque o senhor aqui hoje representa o Ministério de Minas e Energia.

Chega para nós que hoje estão dando muito mais relevância a um processo que é nocivo à sociedade brasileira, em detrimento daquele que seria muito melhor para toda a sociedade. Dentro desse contexto... É isso que estou tentando ter do Ministério, para que essas posições já colocadas aqui por instituições, por pessoas que vieram aqui... para que tenhamos uma posição do Ministério, para que daqui a pouco não tenhamos dentro do relatório um posicionamento... Tenho, pelo seu passado, certeza de que o senhor estaria defendendo a sociedade como um todo, porque todos os leilões chegam a ser aviltantes, em detrimento hoje da carga que está sendo atribuída ao sistema energético, em face de um posicionamento futuro de térmicas, e nós temos, dentro do contexto do relevo nacional, uma capacidade imensa de atendimento no sistema hidráulico.



Era essa a contextualização do processo para o qual eu estou tentando ter uma resposta do senhor. Eu vejo que o senhor está se atendo muito tecnicamente aos posicionamentos. Eu queria, talvez, esticar um pouco a pergunta se o senhor pudesse nos ajudar, porque acho que a defesa dessa condição de CPI, desta Comissão, é estarmos trabalhando em conjunto com o Ministério para um melhor desenvolvimento de todo o sistema.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Até diria que todo e qualquer processo que busca a melhoria, que busca o aperfeiçoamento é muito bem-vindo, porque o que se busca é exatamente isto: melhorar todo um sistema que está em funcionamento. Até deixaria como uma sugestão, permita-me, que o nosso próprio Secretário de Planejamento Energético possa vir a este fórum e fazer esclarecimentos adicionais, porque exatamente é o nosso Secretário de Planejamento Energético que trata dessas questões dos empreendimentos que irão para a licitação em toda essa expansão do sistema. Agora, dizendo mais enfaticamente, queremos exatamente ter a matriz mais limpa possível. Esse é o grande objetivo. Tanto que se olhar hoje a matriz energética brasileira, em termos ainda de percentual, é grande o percentual da nossa matriz, quase 80%. Ela é uma matriz renovável, é uma matriz limpa. Então, só para dar essa posição. Mas esse é o interesse, a questão maior que estou colocando aqui.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Obrigado, Dr. Josias.

Vamos tentar aqui, Sr. Presidente, só para não me alongar e deixar para que os outros pares possam... Queria ouvir do Dr. Josias sobre a CCC, já que temos em discussão nesta Casa a 462, a 466, que está aí. Há um pedido para que nós votemos todos contra a 466, que coloca mais 30% de encargos na Conta de Consumo de Combustíveis. Portanto, deixaria o senhor na condição de me dizer como o senhor vê que pode ser reduzida a CCC. É coerente que se utilize um encargo destinado a pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética para acompanhar a queda de arrecadação? Ou melhor, se o senhor pudesse nos descrever o seu posicionamento, como técnico, e se não fosse possível o seu, dê o do Ministério, para que possamos ter ao menos um caminho aqui a percorrer, para nos posicionarmos.



O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado, eu vivi durante muitos anos essa questão da CCC, até porque trabalhava numa empresa que atua na Região Norte, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil. São exatamente os sistemas hoje chamados isolados. Eu, quando era o técnico e trabalhava lá, sempre me preocupava quando diziam “sistema isolado”. Era como se estivéssemos fora do contexto Brasil. E eu sempre me senti no Brasil, pertencendo ao País, ao Brasil como um todo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Muito bom.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - A CCC, na época em que foi instituída e criada, era especificamente para esse sistema isolado. No caso, falando do sistema do Estado do Amazonas, Estado do Pará, que depois interligou, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, sistemas onde a geração lá existente, na sua totalidade, era geração térmica. Então, foi criado esse mecanismo chamado CCC exatamente para cobrir diferenças entre o custo da produção e o custo da própria energia elétrica, uma vez que o custo da produção é muito alto. Ou seja, praticamente inviabilizaria qualquer empresa para que pudesse atender àqueles nossos irmãos que também precisavam de desenvolvimento e de energia elétrica para o seu crescimento.

Então, foi criado esse mecanismo. Qual a saída para que pudéssemos gradativamente ir reduzindo esse encargo, já que ele é um encargo setorial? Ele está aí nesse próprio mecanismo da CVA. Encargos que, por exemplo, no ano passado, ele encerrou o ano na faixa de 3 bilhões e 800, aproximadamente, a CCC. Então, a idéia seria cada vez mais reduzir e não aumentar o encargo. Então, a grande saída seria a interligação do sistema isolado com a rede nacional. E isso começou gradativamente a ser feito a partir da interligação inicial entre os Estados do Acre e o Estado de Rondônia. Foi o primeiro ponto de partida. Então, essa interligação foi feita e hoje já estamos consolidando — foi liberado agora no mês de agosto — a interligação entre Rondônia e Mato Grosso. Com isso, você já tem uma parte do sistema, o chamado isolado, interligada à malha nacional. Isso significa, evidentemente, que a partir da interligação esses sistemas têm a possibilidade de receber energia da rede, e pode ser energia hidráulica. Quer dizer, você pode



mitigar essas questões da geração térmica naquela localidade, com certeza desativando máquinas térmicas nessas localidades.

Outro passo, dentro desse contexto, é a interligação prevista, que já foi licitada e já está em fase de implantação, a interligação entre Amazonas-Tucuruí e Tucuruí-Amapá. Então, com isso, deve-se viabilizar essa interligação eu acredito que no início de 2012. Você teria também esses Estados interligados ao sistema nacional. Ficaria ainda, num primeiro momento, a partir de agora, apenas um Estado totalmente isolado, que seria o Estado de Roraima, que hoje é atendido através de uma ligação internacional Brasil/Venezuela, uma vez que as máquinas térmicas praticamente lá foram desativadas.

Então, o próximo passo seria exatamente viabilizar essa interligação de Roraima com o Amazonas e você ter todo o Estado brasileiro interligado. E é de se esperar que com isso você tenha redução nesse mecanismo. Agora, há de se lembrar também, e aí gostaria de comentar — quem é da região sabe o que estou falando aqui — que o Estado do Amazonas ainda tem uma série de comunidades isoladas e precisam ter energia elétrica. Então, evidentemente, há que ter todo um trabalho ali para que todas essas comunidades possam ter o seu atendimento de uma forma que eliminemos todo o processo dentro do nosso País. Então, a gente sabe disso e vamos ter ainda por um tempo. Inclusive, é bom lembrar que a lei que estabeleceu a CCC, o decreto que estabeleceu a CCC tem a extinção prevista em 2023. Então, a previsão é até 2023. Então, essas localidades ainda vão continuar necessitando de atendimento via subsídio CCC. Mas à medida que se vai interligando, é de se esperar que haja uma redução nesse encargo setorial.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor, na sua posição, entende que o sistema está avançando tecnologicamente, que ele aprimora cada vez mais, ou existe um descaso nesse processo, já que não se tem uma valoração no aperfeiçoamento, seja na transmissão, seja na geração? É a distribuição, sim, porque querem colocar a distribuição muito cara e para todo o mundo de qualquer jeito. Estamos vendo os ganhos das distribuidoras acima de qualquer análise financeira. Mas o senhor tem alguma visão de que, tecnicamente, talvez nós não estejamos ajudando o sistema elétrico a partir do momento em que não estamos vendo ganhos gerados através de novas tecnologias e avanço no setor?



O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Eu diria o seguinte. Olhando o sistema de geração e transmissão — minha atuação foi muito, quando técnico, na área de geração e transmissão —, os avanços já têm acontecido na parte da modernização do sistema. E diria também o seguinte, aqui, com muita tranquilidade: nem todo avanço em termos de modernização — me perdoem o que vou falar — significa remuneração. Quando você, às vezes, avança em automação e em outros itens que melhoram a qualidade do sistema, significa também que você está reduzindo custos. Você faz o avanço tecnológico para melhorar o desempenho do seu sistema e reduzir custos também, de uma forma geral.

No segmento de transmissão, por exemplo, vários avanços foram feitos no sentido principalmente de você migrar da tecnologia... É que grande parte das empresas passou de tecnologia analógica para tecnologia digital, e muitos investimentos foram feitos pelas empresas. E, na sua totalidade, quase sempre, eu diria que talvez 20% desses investimentos tiveram remuneração; 80% foram por conta e risco das empresas. Aí, lembro — a ANEEL está presente — que existe um programa dentro da ANEEL que se chama Programa de Modernização das Instalações, que é conhecido pela sigla de PMIS. Esse programa em geral, esse trabalho contempla exatamente ações dessa natureza: modernizações etc. Mas nem sempre — o desejo do empreendedor, às vezes, é ter toda a remuneração sobre aquela modernização que ele fez — ela acontece, porque alguma coisa tem que ser por conta e risco, ou seja, você automatizou. Às vezes, você pode estar tendo ou fazendo controle a distância.

Então, você está reduzindo custo. Nesse segmento de transmissão e no próprio segmento de geração, essa modernização tem avançado significativamente. Eu falo isso com tranquilidade, porque vim de uma empresa de transmissão, onde vários trabalhos foram feitos nesse sentido aí. A partir desse modelo, que hoje está em vigor, o modelo do setor elétrico, considerando modelo inicial a partir de 98 com a criação da ONS e, posteriormente, com a nova alteração desse modelo, as empresas, especialmente do segmento de geração e transmissão, tiveram de fazer uma série de alterações na sua forma de atuar, na sua forma de controlar o sistema até para maximizar a receita e reduzir custos. Está certo? Por quê? Porque vieram uma série de penalidades e uma série de questões.



Por exemplo, a empresa passou a ser penalizada — estou falando no caso de segmento de transmissão —, ela passou a ser penalizada por indisponibilidade. Antes, não existia isso. Eu podia perder, por exemplo, equipamento e ficar com ele indisponível por 30 dias, 60 dias, sei lá quanto. A partir do instante em que você passou a ser penalizado, as empresas passaram a buscar eficiência para indispor pelo menor tempo possível. Elas estão sabendo que, se ficarem 30 dias, podem levar até a uma caducidade, por exemplo. E hoje vários exemplos têm acontecido de linhas que caem, torres que caem. Por exemplo, o que antes levava, sei lá, 4 dias ou 5 dias para recompor, o pessoal está recompondo em horas.

Então, respondendo a sua pergunta, quer dizer, nesse segmento que eu conheço bem, que é a transmissão, houve realmente muito avanço com relação à modernização. Quero acreditar, com certeza absoluta, que nos outros segmentos também, porque é a busca permanente pela eficiência e sua redução de custos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor, na suas análises... Eu concordo com o senhor sobre a distribuição. Aquela portaria de 2004 da ANEEL que incluiu as perdas técnicas e financeiras para o consumidor — eu falo de transmissão, eu falo de geração —, o retrato que nos passa é a benevolência que houve com essa portaria: deixa ficar como está, porque nós não vamos buscar eficiência, nós não vamos buscar melhor padronização, nós não vamos buscar melhores modalidades de custos. Essa Portaria nº 204, o senhor, como um técnico da área... Qual é a sua opinião sobre isso?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Em relação a esse assunto, eu preferia não emitir nenhum comentário com relação a essa portaria, uma vez que ela é específica ao sistema.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Nós estamos numa CPI! Não estamos numa audiência pública. O convocado aqui chamado dizer que não quer emitir uma opinião? Eu não estou numa audiência pública. Eu estou numa CPI!

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado, me permita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto o Relator para que o Relator...



O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Eu também posso desconhecer o assunto. Eu tenho aqui toda a honestidade e franqueza para dizer se eu desconheço o assunto. Eu...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Josias, se o senhor me permitir até interrompê-lo... Já o estou interrompendo. Eu sei que este assunto é delicado. O trato que nós estamos tendo aqui com o senhor — entenda que o senhor é muito bem recebido nesta Comissão — é pelo respeito à sua história, ao seu trabalho. O que nós estamos pedindo aqui é se o senhor, como um técnico, como uma pessoa reconhecida dentro do setor, pode tentar, baseado na sua possibilidade, nos fazer indicativos para que possamos configurar os procedimentos que temos de adotar.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado, permita-me também utilizar do meu pessoal que está aqui? Vão atender o pleito também, porque são técnicos do setor e conhecem o assunto, porque vivem o assunto. Eu vou abrir a palavra. Eu só quero dizer o seguinte: quando eu estive do outro lado, trabalhando em empresa, membro de uma empresa, técnico da empresa, nós tínhamos uma preocupação permanente de buscar redução de perdas. Nós, técnicos, tínhamos essa preocupação, porque a gente sabe todo o contexto dessa questão e dos impactos que ela pode causar. Mas eu vou pedir ao Dr. Marcos, que é o Diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico, para fazer os devidos comentários sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço ao Dr. Marcos que auxilie o Dr. Josias para que possa ser respondida a pergunta do Relator. Identifique a sua função no Ministério e diga seu nome completo, por favor.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - Srs. Deputados, meu nome é Marcos. Sou o Diretor de Gestão da Política Tarifária do Brasil, do Ministério. Meus cumprimentos ao Presidente, ao Relator e demais Parlamentares. Com relação à pergunta específica do Deputado Alexandre, eu gostaria de dizer o seguinte: a questão do reconhecimento de perdas não técnicas, uma parcela dela dentro do cálculo da tarifa, a ANEEL faz da seguinte forma. A ANEEL reconhece que uma parcela dessa perda não técnica tem que ser reconhecida na tarifa pelo seguinte princípio. Olha, não existe... Ela toma como referência a melhor empresa que



prática, que tem práticas contra a questão, práticas a favor de minimizar as perdas — está certo? — e a toma como parâmetro. Ou seja, vamos dar exemplos aqui. Nós temos “n” exemplos no Brasil em que você tem penas não técnicas de elevada monta, está certo? A ANEEL não reconhece tudo isso na tarifa, apenas uma parcela.

Então, é nesse sentido que a ANEEL atua, sempre buscando o que é possível de poder em nome da modicidade, porque a modicidade é praticada tanto na gestão da política como pela própria ANEEL na condução dos contratos. Esse ponto técnico específico do reconhecimento das perdas não técnicas, eu posso lhe afirmar que a Agência não reconhece integralmente isso. Ela usa um parâmetro, usa o parâmetro de onde é possível a empresa aplicar com toda eficiência, com toda tecnologia, e reconhece que uma parcela seria impossível, mesmo porque a gente sabe que o custo de combate à perda pode trazer para a tarifa um aumento maior, pode ser pior para a própria tarifa. Porque, se você tem um sistema onde a perda seja zero, vai significar que a empresa vai ter que investir muito mais do que naquele cronograma que a ANEEL reconhece como investimento prudente. Está certo? E pode ser um tiro no pé. Então, o que é feito? É feito um planejamento de mitigar essas perdas ao longo do tempo. A Agência, corretamente, procede dessa forma e de muitas empresas exige um plano de combate a essas perdas. E vai podendo gradativamente esse reconhecimento para a tarifa. Eu não sei se consegui ajudar a esclarecer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor tem noção de que isso aumentou 20% as contas do consumidor?

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - Olha, é difícil afirmar isso, porque...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dos estudos apresentados aqui...

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - Cada área...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Só estamos falando que os estudos apresentados aqui pela própria ANEEL, por todos os que vieram aqui, não a ANEEL, mas os professores, os expositores que nos trouxeram estudos aqui, só estamos falando que é alguma coisa de muito forte agregada ao valor final por uma portaria que deixa todos, deixa todos, tanto o TCU, o Ministério Público, deixa todos



ainda muito sem explicação. Como nós estamos hoje debatendo com o Ministério de Minas e Energia, é para saber se ela tem participação também nisso!

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - É. Veja bem, Deputado, cada área do Brasil tem uma característica sociogeográfica diferente. Então, nós temos, por exemplo, Manaus. Em Manaus, nós temos um problema. A região de Manaus, a empresa que lida lá com a distribuição tem um problema seriíssimo de combate às perdas. A região do Rio de Janeiro, onde o tráfico de drogas é intenso... Quer dizer, a ANEEL busca trazer esse reconhecimento dessas perdas levando em conta uma série de parâmetros, uma série de coisas. Quer dizer, eu não poderia aqui dizer: Olha, da forma que é tratada em Pernambuco é diferente da tratada em Minas Gerais, em Manaus, no Rio. Quer dizer, a ANEEL faz um trabalho para aquela região de concessão. *(Pausa.)* E, só complementando, desculpe.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sim.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - E que esse trabalho está sempre sujeito às audiências públicas. A ANEEL, antes de soltar qualquer novo parâmetro para a tarifa, a ANEEL discute isso com a sociedade.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu pediria para que essa parte nós não levássemos adiante,...

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - Tá.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - ... porque essa vai ser uma discussão com que nós aqui já nos deparamos...

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - Perfeito. Não sei se eu pude ajudar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Tá? Agradeço a você.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pela ordem, Deputado Marcio Junqueira.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Olha, gostaria de encaminhar que o Relator solicitasse exemplos que o funcionário citou. Ele fala que são casos diferentes. Então, eu gostaria que esta relatoria solicitasse esses modelos que estão em vigência hoje, para nós podermos comprovar o que ele afirmou aqui. Não estou



aqui colocando em dúvida a palavra do Sr. Marcos, mas é importante que, até a título de esclarecimento... Porque, a meu ver, a ANEEL está de forma deliberada tentando engessar o trabalho da CPI para que chegue ao término do nosso prazo de existência, para que não possamos ter um trabalho à altura do que nós nos propomos. Portanto, este seria o meu encaminhamento: que o senhor solicite os modelos, todos eles e com urgência, todos os modelos que estão em vigência no Brasil hoje!

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, encaminho a solicitação ao Deputado Marcio, para que o senhor, por favor, providencie isso o mais rápido possível, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vou solicitar à Secretaria da Comissão que faça a solicitação, para que possamos encaminhar. Consulto o Relator se ele já concluiu as perguntas ou...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu quero dizer que eu estava puxando aqui muito o Sr. Josias pelo referencial que tenho dele para que ele pudesse fazer realmente uma ajuda não só agora mas permanente a esta CPI. Portanto, acho que, quando ele delicadamente nos repassa a outro técnico do Ministério é porque ele já viu que, talvez dentro da capacidade dele de contribuição, ele já tenha esgotado aqui o que poderia ter-nos ajudado e, politicamente, entendi assim, solicitou a ajuda de outros que militam com ele no Ministério. Portanto, deixo aqui as minhas perguntas já feitas, agradecendo de antemão ao Dr. Josias, e se o senhor puder deliberar com os outros Parlamentares que estejam inscritos... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Encaminho a palavra ao Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, acho que deveríamos adotar aqui, essas pessoas convidadas ou mesmo as convocadas, que se qualificassem antes de iniciarem sua fala como também prestassem juramento, porque vieram aqui para falar tão somente a verdade. Acho que essa omissão que foi feita aqui por parte da pergunta feita pelo Relator, não podemos admitir isso, não. Isso aqui é uma CPI, conforme disse o Deputado Marcio Junqueira, e tem de ser dito



mesmo! Se perguntou, tem de responder! Porque nós realmente, a partir de agora, exigimos que não só se qualifiquem como prestem juramento aqui de que vieram para cá para falar a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Nelson Bornier, quero reiterar aqui seguramente o espírito de colaboração do Dr. Josias e do Dr. Marcos, e tenho certeza de que eles estão aqui para colaborar, para que esta CPI possa realizar um bom trabalho. Com certeza, o dia de hoje será muito importante. Com certeza, teremos muitas informações já dadas pelo Dr. Josias. As outras, ele irá encaminhar posteriormente à Comissão. Mas tenho certeza de que o espírito do Ministério de Minas e Energia é o de colaborar com esta CPI para que possamos dar resultados concretos ao povo brasileiro.

Passo a palavra pela ordem ao Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não, somente declarar que eu não tenho observado qualquer tipo de indisposição por parte do depoente, Dr. Josias, em colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e do nobre Diretor. Claro que as opiniões aqui divergem, outros colegas acham que há um suposto engessamento, mas eu, particularmente, não vejo. O Dr. Josias é um ser humano! Nenhum Deputado tem de cor e salteado na sua mente a Constituição! Defende tudo, ele sempre tem de consultar. Nós mesmos temos de recorrer, vez ou outra, ao Regimento Interno, à Carta Constitucional. E ele se faz assessorar por vários técnicos que estão aqui à inteira disposição. Agora, obviamente que vão responder àquilo que esteja dentro do seu conhecimento, para que não cometam gafes, para que não falem coisas que não condizem com a verdade.

E, independentemente, a ANEEL tem sido uma grande parceira em diversas audiências públicas que acompanho, sempre disposta a colaborar conosco. Não vejo nenhuma finalidade, indisposição ou vontade de engessar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É o que eu acho. Não sei se, no andamento desta Comissão, vou mudar de opinião. Mas é a visão que tenho hoje de que eles têm disposição, de que eles estão com vontade e não têm por que estar omitindo nada. Eles estão aqui mesmo é para chegar e declarar e colaborar com a população brasileira, somente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sem dúvida, o espírito é de colaboração.

Vou passar a palavra ao Deputado Marcio Junqueira para que possa fazer suas perguntas.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Gostaria muito de compartilhar do pensamento do nobre colega Wladimir. Muito. Quero registrar que, da mesma forma, não tenho nada pessoal contra o Dr. Josias. Eu o conheci hoje aqui. Agora, as minhas afirmações em relação à ANEEL, não me demovo delas, tendo em vista que a ANEEL não nos tem informado da maneira que deveria, mas que vai fazer.

Quero comentar com o senhor a questão da CCC. A questão da CCC é muito simples, é construir hidrelétrica! Tem de se construir hidrelétricas na Amazônia! Nós temos esse consumo de óleo *diesel* lá exatamente porque não estamos interligados no sistema nacional. A ELETRONORTE diz em 2011, o senhor diz 2012. Semana passada, em audiência pública desta CPI em Roraima, o Presidente da ELETRONORTE afirmou 2011. Agora, que fique claro para a população brasileira e para a população do meu Estado de Roraima que, até hoje, não foi levantada uma torre em direção ao Norte. De Tucuruí a Manaus, até agora, não foi levantada nenhuma torre, não se tem ainda nem licença ambiental! Isso é uma contradição.

Pergunto ao senhor: a ABRADI — Associação Brasileira das Distribuidoras culpa os encargos setoriais e os impostos responsáveis pelo alto valor das tarifas. O senhor concorda com essa afirmação?

Dois, o ex-Diretor-Geral da ANEEL atribuiu ao Plano Decenal de Energia o incentivo para proliferação das usinas termelétricas. Fala-se na construção de 81 usinas térmicas com capacidade total de 13.600 megas, até 2017, alimentadas com derivados de petróleo e outras fontes fósseis. Eu pergunto ao senhor: isso é verdade? Há, de fato, interesse do Ministério de Minas e Energia no aumento da capacidade de geração termelétrica?

O Dr. Roberto de Araújo, em depoimento a esta CPI, culpa a forma como os leilões de energia, conduzidos pela EPE e pela ANEEL, incentivam as térmicas. Ele afirmou nesta CPI que esses leilões incentivavam o aumento das termos no nosso País. Para ele, a fórmula de cálculo do ICB — Índice de Custo e Benefício aplicada pela EPE e pela ANEEL para julgar o resultado dos leilões, usa parâmetros bastante



discutíveis — essa afirmação é do Dr. Roberto Araújo —, tais como: custo do déficit e a taxa de desconto do futuro, assim mesmo apresentando o preço de energia superiores a 500 reais o megawatt/hora, quando estão funcionando, e o preço de 70 reais megawatt/hora, quando estão paradas, as térmicas que conseguem aparentar um valor artificialmente baixo, de 128 reais o megawatt/hora, derrotando sempre as hidrelétricas no leilão. Se a gente for colocar o custo ambiental disso, talvez, se é... Até deveria fazer parte desse critério. Mas eu pergunto: o senhor concorda com a visão do Dr. Roberto de Araújo?

Fala-se no mercado na ineficiência da ANEEL em fiscalizar o retardo intencional e a não construção de empreendimentos hidráulicos, já autorizados, que estariam sendo vendidos num autêntico mercado negro de autorização de geração, em especial referente às PCHs. O que o senhor tem para falar sobre isso, tendo em vista... E nós viemos, como o senhor colocou, da Região Norte. É simplesmente criminoso a forma como a ANEEL e o Ministério têm tratado a região. Parece que existe a intenção deliberada de manter essas termos funcionando ou recebendo sem funcionar, o que é mais grave. Aí, é rápido se chegar a essa conclusão: ver Belo Monte, há 30 anos esperando uma licença ambiental. É fácil.

Por último, e é isso o que nos reforça, caro Relator, existe algo de muito grave nessa história toda. A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda encaminhou, em fevereiro de 2009, proposta à ANEEL no sentido de que o IGP-M seja substituído pelo IPCA. Para tanto, o Ministério da Fazenda aponta 4 problemas. Primeiro, o IGP-M é um índice considerado arbitrário — o próprio Ministério da Fazenda. Dois, o emprego do IGP-M reduz o incentivo à diminuição dos custos operacionais. Três, tendência de as variações do IGP-M serem maiores quando comparadas com as variações dos outros índices de preço. Quarto, a volatilidade com relação aos demais índices, notadamente em regime de câmbio flutuante. O informativo tarifário de junho de 2009 da Secretaria de Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, afirmou que o principal fator de contribuição para os aumentos tarifários das distribuidoras foi o IGP-M.

Diante disso, qual é, na sua opinião, o grande empecilho para alterar o índice de correção utilizado pela Agência, tendo em vista que o próprio Ministério da Fazenda já, digamos assim, respalda a mudança? O que impede essa mudança?



E eu termino lembrando que o senhor aqui afirmou que nós temos que buscar o interesse do cidadão. Eu queria saber se o senhor concorda que o interesse do cidadão brasileiro hoje é de pagar uma conta de luz absurda que nós pagamos hoje. O senhor desculpe, então, talvez seja essa a nossa preocupação, e nós comungamos do mesmo pensamento. Assim como o senhor disse que está perseguindo o interesse do cidadão, todos os membros desta CPI também estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Dr. Josias, para que ele possa responder ao Deputado Marcio Junqueira.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado Marcio Nogueira, Junqueira, Marcio Junqueira, perdoe-me, Marcio Junqueira, na primeira questão na observação sua com relação à entrada de operação do empreendimento que interliga o Amazonas a Tucuruí, nós temos, em questão de linhas de empreendimentos, uma data-limite, que é a data-limite estabelecida pela Agência reguladora a partir do leilão. Tem uma data-limite. Agora, o empreendedor pode antecipar o empreendimento. Quer dizer, em geral você tem uma data-limite. E vários empreendimentos no Brasil tendem a antecipar; às vezes, antecipam 6 meses, antecipam 3 meses, 4 meses, ou entram na data-limite. Então, essa, talvez, seja a diferença: não aconteceu. Exatamente. A ELETRONORTE... Inclusive reserva extrativista envolvida também. Então, provavelmente essa é uma data, é um desejo do empreendedor, no caso, que está construindo um empreendimento, a vontade dele de antecipar o empreendimento, com relação a essa questão.

Com relação à questão referente aqui aos encargos setoriais, eu até aproveitei e trouxe a minha própria conta de energia elétrica aqui, está certo? Não sabia que vinha essa pergunta, mas é...já que eu vim aqui para ver a questão da CVA, mas me chamou a atenção, já que eu vim para uma CPI que está buscando mecanismos que melhorem toda essa..., que aperfeiçoem toda essa questão tarifária do País. Então, aqui está: a conta de energia que a gente recebe ela é uma conta que ela já está aberta, detalhada, não é? Então, da minha conta aqui, só para se ter uma ideia, nós temos aqui o seguinte: os encargos setoriais na minha conta é 7,15; os tributos, 30,83.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O Estado?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Brasília.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Brasília.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Brasília. Os tributos, 30.83; a energia, 57.27; a transmissão, porque envolve também encargo de transmissão, 5.36; distribuição, 19.67. Então, da segregação da conta, o maior percentual aqui, se você for considerar aqui, são os tributos. Quer dizer, se você colocar tributo mais encargos, esse daria o maior percentual da conta. Mas o maior dele seria tributo. Então, essa aqui, a própria conta aqui já revela esses indicadores aqui.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então, o senhor concorda com a afirmação de que o grande vilão da conta de luz é os encargos?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Encargos mais tributos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - É o grande vilão? Mesmo o senhor...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Que é o maior percentual da conta de energia, encargos e tributos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mesmo o senhor tendo colocado aí, está aberta na conta, a questão da distribuição, e isso é uma aberração. Ou seja, nós construímos a rede e depois temos que pagar pela rede. E ainda cobram impostos em cima da rede que nós construímos. A distribuição que é feita através dessa rede, e eu falo isso porque, em Roraima, o senhor falou do Linhão de Guri. É importante que a população brasileira saiba — não vou me cansar de repetir isso —, que hoje o povo brasileiro sacrificado, principalmente o povo do Estado de Roraima, nós pagamos o Linhão de Guri, os 150 quilômetros do lado brasileiro e mais o lado venezuelano. Nós pagamos a energia inclusive para o povo venezuelano. É importante que todo mundo saiba que Roraima, além de pagar a construção do Linhão do lado brasileiro, é quem paga a construção do lado venezuelano.

Então, eu gostaria que o Relator solicitasse a cópia da conta do eminente convocado aqui hoje para fazer constar que na conta dele também nós estamos pagando pela distribuição e pela rede, além da distribuição, além da geração, é distribuição...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Distribuição, transmissão e encargos e tributos de energia.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Transmissão. É uma coisa que eu quero entender também: distribuição e transmissão. O que é isso. Quer dizer, a gente cobra até a entrada do poste, depois, quando desce no relógio até a entrada de casa.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - O.k. Deputado. Uma outra questão levantada aqui, comentada aí por V.Exa., diz respeito à questão da nossa região, lá da Região Amazônica, da Região Norte, de modo geral, envolvendo aí todos os Estados. E hoje eu diria o seguinte: o grande potencial energético brasileiro ele hoje está na região, tá certo, grande potencial. E os grandes empreendimentos previstos são para a região. Então, nós temos aí o Complexo de Tapajós, por exemplo, que está previsto na base de mais ou menos 10 mil megawatts, para aquela região. A própria Usina de Belo Monte. Há todo um processo para viabilizar o leilão da usina este ano de 2009, está certo, também é de um potencial em torno de 11 mil megawatts. É na região. Já se sabe que hoje o potencial da região em termos de operação efetivamente gira em torno, operação, aquilo que já está em operação, é em torno de mais ou menos 10% da sua potencialidade. Então, nós temos aí um grande potencial ainda a ser explorado e usado para a região. Então, ratificando aí o posicionamento que é uma realidade.

Com relação a uma outra questão abordada aqui, é térmica versus hidráulica, a questão de paga parada etc., eu queria dizer o seguinte. Da mesma forma como uma usina térmica parada ela tem a sua remuneração, de certa forma a usina hidráulica também recebe a sua remuneração, porque a usina hidráulica também vai depender de todo um ciclo hidrológico de funcionamento. Então, nós temos um sistema brasileiro, que é um sistema híbrido, quer dizer, térmica, hidráulica e hidrotérmico, e que nós temos momento do nosso ciclo, digamos assim, energético e que nós temos grandes volumes de água, reservatórios. Inclusive é bom lembrar que o Brasil, quando nós temos um volume imenso de água na região norte, nós...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Josias, sem querer ser indelicado,...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - ...mas essa resposta ela é igual a todos. Todos já nos disseram isso, que é também um outro crime cometido de



forma aberta contra a população brasileira. Porque, quando os depósitos estão cheios d'água, a energia também não baixa não. Nós temos água em excesso, joga a água fora, mas não baixa a energia para nós. Então, isso aí eu já conheço. Mas eu pergunto ao senhor: o senhor acha que existe hoje algum benefício, alguma forma de favorecimento para as termos em detrimento das hidros?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não, com relação à forma como é feita essa questão do despacho das térmicas, não. Isso é realmente uma questão de cenário energético, conforme eu comentei, uma vez que cada usina... Só para até complementar a questão, cada usina hidráulica, por exemplo, ela tem uma energia assegurada, digamos assim, uma energia média anual assegurada. Vou dar um exemplo, pegar um exemplo aqui, Tucuruí, por exemplo. Tucuruí ela tem uma capacidade total instalada em torno de 8 mil e 450 megawatts. Então, tem uma época do ano, que a gente já vai para a primeira fase do ano, que é de janeiro até o mês de julho, por exemplo, em que nós temos o máximo volume de água naquele reservatório lá. Então, nós temos possibilidade de gerar o máximo de energia. Mas ao longo do ano, a energia assegurada daquela usina, considerando o seu período de máxima fluência e seu período de mínima fluência, ela fica em torno de 4 mil e 320 megawatts. Então, essa é a energia — é exatamente. Essa é a energia assegurada que é a energia contratual, é a capacidade que ela tem de dar o atendimento ao longo do ano para a sua geração. Então, é por isso aí que...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então, o senhor afirma que, na sua visão, não existe nenhum tipo de favorecimento para a contratação de mais termos...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Diria que não.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Ou a construção, tendo em vista que isso virou um grande negócio. O senhor concorda que é um bom negócio? É um bom negócio ter termas?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - É lógico, é um bom negócio, tanto o segmento de transmissão, o segmento de geração, tudo é um bom negócio, porque, se você, como empreendedor, tem um teto definido para leilão, vamos pegar o segmento de transmissão. Vou dar um exemplo de transmissão, podemos até depois dar exemplo de geração. Você tem lá fixada uma receita anual permitida, o



empreendedor ganha o leilão com deságio de 50% e consegue fazer o empreendimento com deságio de 50%. Então, significa que, mesmo com deságio de 50%, ele está tendo a sua taxa de retorno do investimento. Então, ele criou todo um mecanismo para conseguir ter o seu retorno. Eu, se fosse empreendedor, eu entraria no negócio, é lógico, para ter uma taxa de retorno.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Se quiser perder dinheiro hoje no ramo de energia no País não perde?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Agora no segmento, só respondendo...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor concorda?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Concordo se você tiver uma efficientização do seu empreendimento. Aí eu diria o seguinte: no segmento geração, por exemplo, você define um teto para o leilão. Vamos supor no caso lá do Rio Madeira. Você define um teto para o leilão. O leilão foi batido o martelo na faixa de setenta e um para um e setenta e oito para outro, quer dizer, abaixo do teto. Então, o empreendedor ele vai ter que viabilizar, correndo todos os riscos daquele empreendimento, para manter a sua taxa de retorno. Tem que ter essa taxa de retorno.

Qualquer empreendedor dessa natureza, quando ele vai fazer empreendimento, ele vai fazer a sua composição do seu empreendimento entre um (*ininteligível*), que é o capital próprio dele, e um capital de terceiro. Ele vai buscar um empréstimo de terceiro. E para ele buscar o empréstimo de terceiro, ele tem que ter uma taxa de retorno que possa garantir esse empréstimo e logicamente ao terceiro. Agora, ao entrar em operação esse empreendimento, a gestão desse empreendimento ela tem que ser eficiente para que ele garanta aos seus acionistas aquela taxa de retorno, porque se ela não foi eficiente, ele pode levar à bancarrota o seu empreendimento. Então, eu queria dizer dessa natureza, que tem que ter a sua taxa de retorno.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Arrumou uma licença, foi para o leilão, não tem problema, é lucro assegurado. Mas o senhor não me respondeu...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Estou chegando, eu estou na sequência.



O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - ...a questão das 81 usinas térmicas.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Sim, no planejamento...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Josias, só, por favor, o senhor, como, volto a dizer, uma pessoa de profundo conhecimento, o senhor não acha que, quando se tem um deságio de 50%, alguma coisa está errada?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Eu vou fazer um comentário. Eu tive a oportunidade de participar de vários leilões, principalmente de transmissão. Foram vários momentos na questão da transmissão. Um primeiro momento quando foi feito um primeiro leilão de transmissão, me recordo a isso alguns anos atrás, não houve deságio praticamente. Acho que a ANEEL aí pode até ratificar isso aí. No primeiro leilão não houve deságio. Quer dizer, o leilão foi feito sem deságio nenhum. Nos leilões seguintes começaram a aparecer os deságios. E chegou um momento em que os deságios chegaram na faixa de 50%. E um detalhe que é interessante ressaltar aqui, eu queria até ressaltar isso aqui que eu não estou defendendo a ANEEL, nada, estou ressaltando um detalhe importante, que, a partir de um determinado momento, esse valor referencial ele até baixou em relação, digamos, a um possível custo, por exemplo. Mas, mesmo baixando esse valor referencial, os deságios continuaram, os deságios continuaram. O que significa que, se o empreendedor ele vai fazer uma avaliação do seu projeto, ele vai avaliar o seu projeto, considerando o matiz de investimento, porque ele vai ter um projeto que ele vai ficar dono desse projeto por 30 anos, por exemplo, ou 15 anos, 20 anos, e ele tem o matiz de projeto, que é o instante inicial em que ele vai fazer, construir empreendimento.

Então, são 2 momentos: um momento de projeto, em que ele vai ganhar o leilão e vai fazer empreendimento em 18 meses e 24 meses, e um período *a posterior* que seria o período em que ele é dono do empreendimento. Então, ele tem que ter o matiz desse empreendimento. Ele trabalha com esses 2 parâmetros: o matiz de projeto *versus* o matiz do empreendimento. E é lógico, ele vai fazer todas as análises dele para entrar no leilão avaliando todas essas possibilidades para sempre garantir evidentemente o matiz que seja adequado para o projeto dele. É lógico que ele não vai querer ganhar um leilão tendo matiz abaixo de uma inflação.



Ele vai sempre considerar um matiz razoável para ele. No mínimo, elas por elas, dentro de um cenário que ele vai fazer a simulação dele e fazer uma previsão dentro do período em que ele vai ter essa concessão na mão, que pode ser um período de 20 anos. Ele vai fazer essa análise, eu não tenho dúvida nenhuma disso aí. Ele extrapola isso para ver, ao longo desse período, quais vão ser as minhas taxas de retorno. Então, com base nisso, dá o deságio dele. E a gente sabe disso, que nos últimos cinquenta, no último, eu acho que não chegou à média de vinte e tantos, mas...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Josias...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Voltando aqui, e peço permissão, será que o que está havendo desses deságios não é dentro da formatação da famigerada empresa modelo que foi criada, não?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não. Para esse caso, Deputado, a empresa de referência que o senhor está falando, essa empresa de referência é criada para definir lá a questão da distribuição, está certo? Agora para a questão, por exemplo, de um leilão dessa natureza que eu cometei, de transmissão, você vai ter lá o empreendimento a ser construído, tantos quilômetros de linha, e você tem todo lá um custo padrão que vai ser considerado para você ter o valor desse empreendimento.

Então, aí você define, é aí que está, define o valor desse empreendimento, perfeito? Você define o valor desse empreendimento e aí... Eu diria até o seguinte: eu acho que até, se o ponto de vista, viu, Deputado Junqueira, se o ponto de vista é de deságio, se a gente considerar que a obra foi para o leilão com um valor xis, e você conseguiu uma redução de 50%, apesar de o empreendedor continuar mantendo uma taxa de retorno que deve ser razoável para ele, mas para o consumidor, de certa forma, isso teve o impacto na modicidade tarifária, porque você sofreu uma redução do deságio de 50%. Porque se você tivesse bidado no valor cheio, tudo isso estaria passando para a tarifa. Na verdade, quando você tem o deságio lá, você acaba levando isso também para a modicidade tarifária.

É bom esclarecer isso aqui, está certo? Agora é lógico que esse modelo, digamos assim, dessa estrutura que você tem, a cada leilão eu acho que é feita uma



avaliação, tem que ser feita uma avaliação, porque o que se quer, primeiro, é o seguinte: ter o empreendimento na data acordada e ter o empreendimento dentro dos padrões previstos pelos procedimentos do setor elétrico brasileiro. E esses padrões são cumpridos, porque existe todo um processo que é feito de fiscalização para garantir que esse empreendimento é entregue dentro dos padrões previstos. Agora é nessa questão que eu estou falando. Quer dizer, beneficiou? Beneficiou, porque você teve deságio de 50%.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Os leilões atuais nos apontam...

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Relator, o senhor tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Muito obrigado. É só para dentro desse setor. Os leilões atuais nos apontam, Dr. Josias, que se o processo for continuar do jeito que está, nós teremos um preço 3 vezes maior do que o que estamos tendo atualmente, face aos valores de leilões que estão aí.

Não é o momento de todos nós repensarmos esse modelo?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - É... até estava no meu *slide* lá que exige sempre aperfeiçoamento contínuo. Nós não podemos dizer que todo e qualquer modelo está totalmente fechado. Ele sempre tem as oportunidades para melhoria, está certo? Então, todo e qualquer modelo sempre pode ser melhorado, não tenho dúvida disso aí. Não pode ser algo feito fechado, ele tem que ser melhorado. Então, eu acho que a oportunidade está aberta para que a gente possa buscar essa melhoria dentro do modelo existente. Reparem bem, até reforçando a sua pergunta: teve um modelo inicial em 95, 96 e que foi posteriormente... Buscou-se o aperfeiçoamento deste modelo em 2003, por exemplo. Então, isso é algo que tem que ser contínuo, não pode ser algo estático. Como todo modelo, ele tem que ser revisto constantemente. Voltando ao Deputado Junqueira...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Antes, porém, só para fazer essa gentileza, é só que novamente nós estamos tendo a honra aqui, Sr. Presidente, de ter o Deputado Altineu Côrtes, que também é membro lá da Câmara Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, da Assembleia Legislativa lá, Deputado Estadual, e que nos receberá, irá receber na nossa audiência próxima que teremos no Rio de Janeiro. Queria aqui acusar a sua presença e agradecer os trabalhos que ele está



fazendo, principalmente no setor elétrico lá do Estado do Rio de Janeiro. Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Voltemos lá, Deputado. Uma outra questão foi com relação ao indicadores de reajuste, IGPM versus IPCA. Os primeiros contratos assinados no Brasil foram todos, usaram como indicador de reajuste o IGPM. Isso em todo os segmentos, inclusive nos próprios segmentos, por exemplo, de geração. A partir dos leilões, os contratos eram em IGPM. Eu não tenho na cabeça exatamente a data em que isso aconteceu, mas houve uma mudança de indicador, passando do IGP-M para o IPCA. Então, os novos contratos já são assinados pelo IPCA. Há contratos que ainda têm como base o IGP-M. Está certo?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor se refere a contratos antigos. Mas eles têm uma data de vencimento?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Têm. Vai-se considerar a vigência desses contratos. Alguns vão terminar em 2010.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Nós temos quantos contratos hoje?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não tenho isso na cabeça, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então, eu gostaria de solicitar do Relator que fosse enviado à CPI o número e a vigência dos contratos, quais são baseados no IGP-M e quais são baseados no IPCA. Gostaria dessa informação, para elucidação, para criarmos parâmetros.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, solicito ao senhor providências para fazer chegarem aqui esses contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço à Secretaria da CPI que faça já a solicitação, para que possamos encaminhar o mais rápido possível.

Com a palavra o Dr. Josias.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Não, falta a questão do Dr. Roberto de Araújo.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Ah! sim. Deixe-me ver aqui.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Em depoimento à CPI, fez afirmações de que esse índice, a fórmula de cálculo...



O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Ah! o custo de *deficit*, não é?

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Ele coloca em suspeita esse cálculo.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Esse custo de *deficit* no País já vem de vários anos. É definido na faixa de 5%. É um custo que vem da época do GCOI. É, digamos assim, a avaliação em termos de cenário, daquilo que você poderá ter lá na frente, de não atendimento e que você leva em conta para definir todo um contexto de novos empreendimentos de que você vai precisar para o setor elétrico brasileiro. Isso é algo padrão. Eu até diria que, quando eu cheguei ao Ministério de Minas e Energia — estou abrindo, estou falando também aqui sinceramente —, tinha lá um processo de auditoria do TCU que questionava esse *deficit* de energia, esse parâmetro. Foi feito pela equipe do Ministério — isso foi antes de eu chegar — um relatório mostrando todas as questões que envolviam esse *deficit*, e o TCU acatou isso como sendo uma resposta à auditoria que ele havia feito. Só estou esclarecendo. Esse relatório está disponível também.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - O senhor, então, não concorda com a visão do Dr. Roberto?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Não, porque eu diria o seguinte: é um procedimento que vem sendo adotado pelo setor elétrico.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Quer dizer, o senhor já conhece que esse procedimento já está sendo questionado. Não é?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Está sendo questionado. É um procedimento que vem sendo adotado pelo setor elétrico.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Há muitos anos?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Há muitos anos.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas questionado?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Estou tomando conhecimento, Deputado, neste momento, aqui, e lhe digo honestamente. Eu li recentemente uma declaração do Dr. Roberto e vi esse questionamento. Agora, eu digo que é um procedimento que vem sendo adotado há muitos anos no setor elétrico brasileiro.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Então, eu gostaria também, Sr. Relator, de solicitar a fórmula desse cálculo, para que pudéssemos submeter —



além da análise do TCU que já temos — a um corpo técnico, a fim de que possamos dar uma resposta à sociedade sobre se o Dr. Roberto de Araújo está equivocado. Eu ouvi aqui do nosso convidado, Dr. Josias, que ouviu também dizer que isso é questionado há muito anos, mas é adotado. Mas nós não podemos ficar nesse limbo.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Só confirmando o que eu disse. Eu disse que isso foi até alvo de uma auditoria do TCU, mas que foi feito todo um trabalho técnico pela equipe do Ministério e que apresentou (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Mas é essa fórmula que continua sendo usada?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Continua sendo usada.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Eu só queria, para concluir... Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu estou de acordo com a solicitação do Deputado Márcio e peço ao próprio Dr. Josias que, se puder, nos remeta o mais breve possível.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - E, ao mesmo tempo, solicito oficialmente ao Presidente que o faça. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço à Secretaria da CPI que formule a solicitação, para que a gente possa encaminhar o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, eu queria concluir e agradecer pela benevolência de nos deixar participar, tendo em vista que estamos buscando aqui elucidar essa situação crítica, caótica que o povo brasileiro enfrenta hoje.

Quero reconhecer a forma ativa, a forma correta como o senhor está se portando nesta CPI, demonstrando que tem, de fato, compromisso com este País.

Quero também reconhecer que as palavras que o Deputado Eduardo da Fonte colocou ainda há pouco são justas, pois, de fato, o senhor demonstra estar aqui para ajudar a CPI.



E, acreditando nesse espírito, eu queria ainda solicitar o envio dos valores que estão sendo gastos, pagos em tudo em que se envolve a CCC.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Por que? Só mesmo um lucro absurdo pode manter um sistema desses ainda funcionando na Amazônia. Eu tenho e vou encaminhar a esta CPI o caso específico de uma empresa chamada Rovema, em Rondônia, que mantém contratos com o Estado de Roraima. Eu comuniquei ao Ministro de Minas e Energia. Nós estamos gastando hoje, em Roraima, quase 3 milhões de reais com óleo *diesel*, sendo que, com 30 milhões, nós conseguiríamos recuperar a PCH de Jatapu. No entanto, o Ministério faz cara de paisagem, não toma uma atitude, e fica a população brasileira pagando esses valores para manter esses motores ligados.

Estou fazendo essa denúncia formal à CPI, na presença do Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, que eu quero acreditar que não esteja sendo conivente, pois não existe explicação plausível para mantermos — repito — esses motores ligados. Nós temos uma PCH onde basta se instalarem as turbinas, nós temos uma rede, e qualquer investimento em torno de 20 milhões, 25 milhões, resolve essa questão. No entanto, o Governo Federal — porque quem paga é o Governo Federal — está pagando, mensalmente, quase 3 milhões em óleo *diesel*, sem falar do valor do aluguel dos motores.

Então, eu quero solicitar deste Relator que envie para nós, Estado por Estado, o que se gasta hoje na CCC, porque, além de tudo, temos o problema ambiental. Não é admissível que, na Amazônia, onde se detém a maior bacia hídrica do planeta, nós estejamos queimando óleo *diesel*. Algo está errado.

Creio que dessa forma poderemos avançar muito nesse nosso objetivo, que é esclarecer e levar uma solução à sociedade brasileira.

Assim termino e agradeço pela benevolência da Mesa, que nos deixou participar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu agradeço também as oportunidades que o Deputado Márcio Junqueira me proporcionou nos momentos em que ele estava inquirindo o nosso convidado e solícito,



imediatamente, que o senhor providencie, nas formas regimentais, as respostas solicitadas.

Eu solicitaria, se o Dr. Josias puder nos conceder essa resposta, que fosse o mais breve possível. Mas também solicitaria, Sr. Presidente, que adotássemos providências que possam fazer com que as respostas que solicitamos, principalmente à ANEEL, venham o mais rápido possível para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Fica registrada a sua solicitação, nobre Relator, e peço à Secretaria que providencie, dentro do Regimento, para que possamos encaminhar, para que tenhamos rapidamente as respostas solicitadas.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentá-lo e, ao cumprimentá-lo, cumprimentar todos os membros desta CPI, a Mesa, e agradecer a V.Exa. e aos meus pares, que aprovaram, hoje, em sessão desta CPI, os 2 requerimentos de nossa autoria que estavam pautados e que pediam exatamente explicações à CEMAR, Companhia Energética do Maranhão, sobre as audiências realizadas lá a respeito do aumento da tarifa de energia nos últimos 5 anos.

São requerimentos de suma importância, Sr. Presidente, porque nos consta que na última audiência apenas uma pequena parcela da população, pequena mesmo, participou. E por isso nós estamos pedindo que nos envie dos últimos 5 anos, para sabermos quem participou, a ata, onde foi colocada a convocação da população para estar presente à audiência pública para tratar da questão, de suma importância, que é a tarifa de energia elétrica, considerando que o Maranhão paga a mais alta tarifa do Brasil.

Sr. Presidente, também quero fazer o registro de que estou apresentando um projeto de lei que dispõe sobre a convocação de audiências públicas das distribuidoras de energia elétrica e da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e dá outras providências, no sentido de poder fazer com que possam inserir as informações da audiência pública nas contas de energia, pelo menos em 2 vias. Tenho certeza de que isso vai permitir que mais pessoas participem dessa



discussão, considerando que está afeta à questão ligada ao tema do aumento da tarifa.

Então, faço esse registro e agradeço a aprovação dos nossos requerimentos.

Queria aproveitar a presença do Dr. Josias. Aprovamos no dia de hoje requerimento no tocante a quais áreas do Maranhão não estão cobertas, ainda, com o Luz para Todos.

Nós sabemos, foi colocado aqui, que um dos motivos pelos quais é tão cara a energia no Maranhão... Nós vamos ouvir isso da CEMAR no dia 1º de outubro, na audiência pública que vai ocorrer no Estado do Maranhão, com a presença da ANEEL, com a comunidade. Vão poder explicar isso a todos nós lá. Estamos ansiosos para ouvi-los diante da população do Maranhão, que paga a maior tarifa e tem reclamações inúmeras sobre a questão da CEMAR, porque há cobranças absurdas. Há casas que têm 2 pontos de luz e cuja conta chega a 490 reais. Eles dizem, simplesmente, que entrem com recurso, com pedido de revisão. Caso constatado, vai-se proceder à revisão e garantir, daí para frente, uma cobrança condizente com o consumo da residência.

Então, a gente entende que é preciso acontecer o que aconteceu em outros Estados, nos quais foi acordado com o Ministério Público que se fizesse uma revisão nas contas dos 6 últimos meses. Nós vamos sugerir isso também no Maranhão, obviamente.

Mas eu queria aproveitar a presença aqui do Dr. Josias para perguntar em relação ao Maranhão. As áreas a que ainda falta chegar energia, em nosso conhecimento, são muitas, em muitos Municípios. A universalidade em relação ao fornecimento de energia, de acordo com informações aqui colhidas, encarece o preço dessa energia. Mas nós sabemos que no Maranhão há muitas áreas ainda a que não chegou a energia, em alguns povoados, em alguns Municípios. V.Sa. pode nos informar sobre essa questão e por que a tarifa no Maranhão é tão cara em relação aos demais Estados brasileiros?

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Deputado, com relação à questão do Programa Luz para Todos no Maranhão, nós temos ainda, digamos, um número de ligações a fechar até o final de 2010, em torno de 100 mil. São 100 mil domicílios a serem atendidos até final de 2010. E há uma previsão para este ano, uma meta



definida. Existe para isso a Resolução 365, que estabelece a meta, Estado por Estado, com relação ao Programa Luz para Todos. Para o Maranhão, a previsão é de 40 mil ligações no ano de 2009 e mais 60 mil ligações no ano de 2010. Esse número total de 100 é fruto dos cadastramentos que são feitos no Comitê Gestor Local, depois repassados para a distribuidora local. A ANEEL, através da Resolução 365, fez uma audiência pública, em que esse número foi ratificado.

Se for do seu interesse, nós temos dentro do Ministério o detalhamento Município por Município, o que está previsto e o que foi já executado. Isso nós podemos encaminhar, sem nenhum problema. É o detalhamento do Estado, Município por Município. Isso é perfeito. Podemos encaminhar para que tomem conhecimento de como está em cada Município essa questão.

Outra questão relacionada ao Estado do Maranhão, como a alguns outros Estados. É lógico que, fazendo um comparativo, para fazer 10 quilômetros de linha numa região como Brasília ou outra região do País onde há maior concentração ou 10 quilômetros de linha em outra região, como o seu Estado, o Maranhão, ou o meu Estado, o Pará, temos o mesmo investimento a ser feito para atender a densidades diferentes.

Como eu comentei, um leilão do segmento de transmissão, por exemplo, tem um teto definido, e, a partir do leilão, há um deságio ou não do teto. Quer dizer, o custo do empreendimento, do investimento é o mesmo em termos de quilômetros de linha, em termos de transformadores que você vai usar. É lógico que, tendo regiões de densidades diferentes, você tende a ter essa diferença de tarifas de um local para outro, com certeza absoluta. Isso acaba influenciando, de certa forma. Fazer 10 quilômetros de linha num local de alta densidade *versus* um local pouco denso. É só para esclarecer a questão dessas diferenças.

É lógico que, se você for olhar Maranhão *versus* Brasília, Maranhão *versus* outra localidade, existe uma diferença, não tenho dúvida nenhuma, quanto a essa questão.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Eu queria aproveitar e pedir ao Relator que fizesse oficialmente a solicitação das áreas que foram atendidas e que faltam ser atendidas no Estado do Maranhão.



E queria aproveitar a oportunidade também, Sr. Josias, para perguntar a respeito dos medidores. Está afeto à sua Pasta? Porque nos consta, e foi inclusive denunciado em audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, que, com a colocação dos medidores, houve um aumento significativo nas contas de energia. Tanto que paralisaram a colocação dos medidores, de analógico para digital. Parece-me que saiu agora uma decisão obrigando a CEMAR — não tenho com precisão, mas no dia 1º teremos essa informação, para poder levar ao conhecimento público — a ressarcir aqueles que foram cobrados de forma indevida pela colocação de medidores com aumento da energia. Como é que está no Estado do Maranhão, de modo geral, e em nível nacional, essa questão dos medidores? Se os senhores têm...

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Vai ser o seguinte, Deputado. Na composição tarifária, nós temos 2 parcelas. Temos uma parcela que eu acabei comentando aqui, a parcela A, que é a não gerenciável, e temos uma parcela B, que é a parcela gerenciável, em que estão embutidos os custos para operar e manter. Está certo? E todos esses custos, evidentemente, quando de uma revisão tarifária, quando de um reajuste tarifário, são avaliados, são considerados na avaliação do agente regulador. Então, o agente regulador evidentemente faz essa fiscalização, porque foi um dos seus objetivos ao ser criado, e faz essa avaliação do custo com base na empresa de referência que foi criada para aquela região. Eu acredito que isso foi dentro dessa avaliação do agente regulador, para considerar isso no custo final, na composição final da sua tarifa. Então, ele vai considerar toda aquela questão referente a operação e manutenção. E caberá ao agente verificar custos efetivamente implementados e que são de interesse e custos que não são de interesse. E lógico que, a partir daí, ele define toda uma questão, com base numa empresa de referência que ele definiu.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, solicito, a pedido do Deputado Cleber Verde, que o senhor faça essa solicitação, não só do Maranhão, mas de todos os Estados que ainda... Seria de extrema valia.

Muito obrigado.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Enviamos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Peço à Secretaria que faça a solicitação, para que possamos encaminhar o mais rápido possível.

Consulto o Plenário sobre se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. O Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para agradecer a vinda do Dr. Josias e da sua equipe.

E dizer, Dr. Josias, que nós temos aqui, dentro do espírito desta CPI, que lutar contra representantes de instituições interessadas em que não se mexa nessa modelagem, que está trazendo alto custo para a sociedade, seja para o consumidor, seja para aqueles que produzem hoje pelo País, e por aqueles que querem fazer deste País um país de acerto futuro. Então, se nós pudermos ter cada vez mais a compreensão do Ministério de Minas e Energia de que vocês poderão participar efetivamente do contexto desse processo conosco, nós ficaremos muito gratos, principalmente vocês, que vivem e têm amplo conhecimento do setor.

Portanto, ao agradecer à sua equipe que veio aqui e ao senhor, quero dizer que tudo o que puder ser feito, puder ser trazido para esta CPI, será de grande valia.

E já deixaria aqui a oportunidade de o senhor estar permanentemente conosco, como nós queremos também a presença do Secretário que o senhor citou, para que possa nos dar informações necessárias para o bom andamento do processo.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Para complementar...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Pois não.

O SR. JOSIAS MATOS DE ARAÚJO - Com relação à solicitação para audiência pública de Pernambuco, eu já havia até comentado com o Deputado Eduardo da Fonte que nesse período eu vou estar fora, numa viagem a serviço, mas que o diretor de gestão do setor estará participando com vocês no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Será uma honra tê-lo em Pernambuco.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Agradecemos muito. Deixo aqui os meus agradecimentos, Sr. Presidente. Por enquanto, fico no aguardo dos posicionamentos que foram solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de agradecer...



Deputado Wladimir Costa.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Somente para agradecer mais uma vez a V.Exa. e dizer que tenho uma grande experiência em CPI, já é a quarta CPI de que participo. Particpei da CPI do Mensalão, da CPI dos Sanguessugas, processamos vários Parlamentares que comprovadamente estiveram envolvidos. Alguns deles renunciaram, vários estão indiciados no Supremo Tribunal Federal.

E nós sabemos e conhecemos todas as nossas atribuições como membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, nós não podemos deixar de nos pautar pelo respeito às pessoas que aqui vêm contribuir. Não podemos esquecer a humanidade, a relação de respeito com as instituições, com os membros, com os funcionários, com os técnicos dessas instituições.

Às vezes, a bem da verdade, alguns colegas nossos surtam, parece que incorporam espíritos de grandes magistrados, de juízes sagazes, e eu não concordo muito. Mas, graças a Deus, nosso perfil aqui é para colaborar, sobremaneira, fundamentalmente com a sociedade brasileira, mas não esquecendo também que aquelas pessoas que estão vindo aqui são seres humanos, são técnicos, são pessoas de alta respeitabilidade e que a ANEEL, até que me provem o contrário, é uma instituição de respeito, de história e que vem, sim, trabalhando na fiscalização, honrando o seu compromisso com a sociedade brasileira e que busca também, independentemente de ser uma agência reguladora, estabelecer uma parceria, um relacionamento de respeito, um relacionamento de cordialidade com as empresas de energia. Ruim com as empresas de energia, pior sem elas.

É bom a gente declarar que muitas coisas avançaram. No Estado do Pará, nós, na década de 70, 80, sofremos momentos extremamente caóticos, e o Grupo Rede, lá no Estado, não é uma das melhores empresas do Brasil, mas está entre as melhores empresas do Brasil. Amanhã, a presidência do Grupo Rede, com a Governadora do nosso Estado, Ana Júlia Carepa, e alguns outros Parlamentares, vai inaugurar o Linhão do Marajó. Isso é um marco histórico para a região do Marajó, o maior arquipélago do mundo recebendo energia elétrica.

Em momento algum alguém tocou nesse assunto, mas na próxima audiência, já que eu irei a essa inauguração, vou fazer uma narração completa de todos os acontecimentos, da alegria, da satisfação daquele povo que vai sair da escuridão.



Então, eu estou me preparando para um grande momento. E a ANEEL tem sido uma grande parceira, sim, na construção e na realização desse sonho do povo do Estado do Pará.

O Grupo Rede vai completar agora a entrega de 20 mil geladeiras em domicílios de pessoas de baixíssimo poder aquisitivo, que sofrem com gastos na tarifa de energia porque possuem geladeira velha. Acaba fugindo muita energia, e eles acabam pagando aquilo que não consomem. Então, é um problema sério. Vinte mil! É o único Estado brasileiro contemplado com essa realidade.

Então, eu estou aqui, sim, para colaborar com a CPI, mas também vou fazer prevalecer o respeito àqueles que vêm depor. O nosso Relator tem se comportado de uma forma cordial fazendo as suas inquiries, assim como o nosso Presidente. Então, é muito bom esse clima na CPI, porque na mente de determinadas pessoas CPIs são gritaria, ameaça de prisão. Já tivemos casos aqui em que colegas deram voz de prisão a depoente e 1 hora, 2 horas depois o Supremo Tribunal Federal revogou essa prisão. E era até uma cena extremamente ridícula para a imagem do Congresso Nacional.

Novamente parabênzo V.Exa., Presidente Eduardo da Fonte, e o nosso Relator, do querido Estado do Rio de Janeiro, pelo comportamento ilibado, cristalino e respeitoso na condução da nossa CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator, para as suas conclusões.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só mesmo para agradecer as palavras do Deputado Wladimir. E também acusar a presença do Prefeito de Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro, Rafael Miranda, que, sem sombra de dúvida, defende a sua população e também tem vários problemas no sistema de energia elétrica, como em todas as cidades do Estado do Rio de Janeiro, já que é uma constante a falta de transparência no processo da cobrança. Talvez seja um dos maiores problemas que temos de resolver. Portanto, eu queria dizer ao Prefeito que seja bem-vindo e agradecer mais uma vez ao Dr. Josias e à sua equipe.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero registrar a presença do Rafael e lhe dar boas-vindas. E agradecer ao Dr. Josias e a toda a equipe do Ministério de Minas e Energia pelo espírito de colaboração, pelo espírito de querer buscar soluções para o setor, porque, tenham certeza, a primeira vitória esta CPI já conseguiu: discutir um assunto tão importante para todos os brasileiros, que é a questão das tarifas elétricas, que era uma assunto escondido e encoberto. Hoje, a CPI está conseguindo debater com o povo brasileiro, nas audiências públicas nos Estados, debater com a sociedade os grandes problemas que temos no sistema energético brasileiro. Lógico, temos coisas boas, mas também temos coisas para serem corrigidas.

E tenho certeza de que o espírito do Ministério de Minas e Energia é de corrigir esses erros, para que possamos dar transparência a todos os brasileiros, para que possamos dar segurança ao povo brasileiro e, sem dúvida alguma, buscar uma tarifa mais justa, uma tarifa compatível com a renda familiar do povo brasileiro.

É esse o objetivo da CPI, juntamente com o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União. Vamos buscar dar um equilíbrio às tarifas de energia elétrica do Brasil, para que sejam compatíveis com os ganhos salariais do nosso País, porque não podemos admitir que o povo brasileiro comprometa cada vez mais a sua renda familiar com o pagamento das tarifas de energia elétrica no final do mês.

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco reunião de audiência pública para o próximo dia 25 de setembro, sexta-feira, às 15h, na Assembleia Legislativa no Estado de Alagoas, com os Srs. Flávio Decat de Moura, Diretor Presidente da Companhia Energética de Alagoas; Maurício Acioli Toledo, Secretário do Estado da Fazenda de Alagoas; Geolvani de Oliveira Silva, Presidente do Conselho de Consumidores da Companhia Energética de Alagoas, CEAL; um membro do Ministério Público do Estado de Alagoas; e Rodrigo Cunha, Superintendente do PROCON do Estado de Alagoas.

Está encerrada a presente reunião.